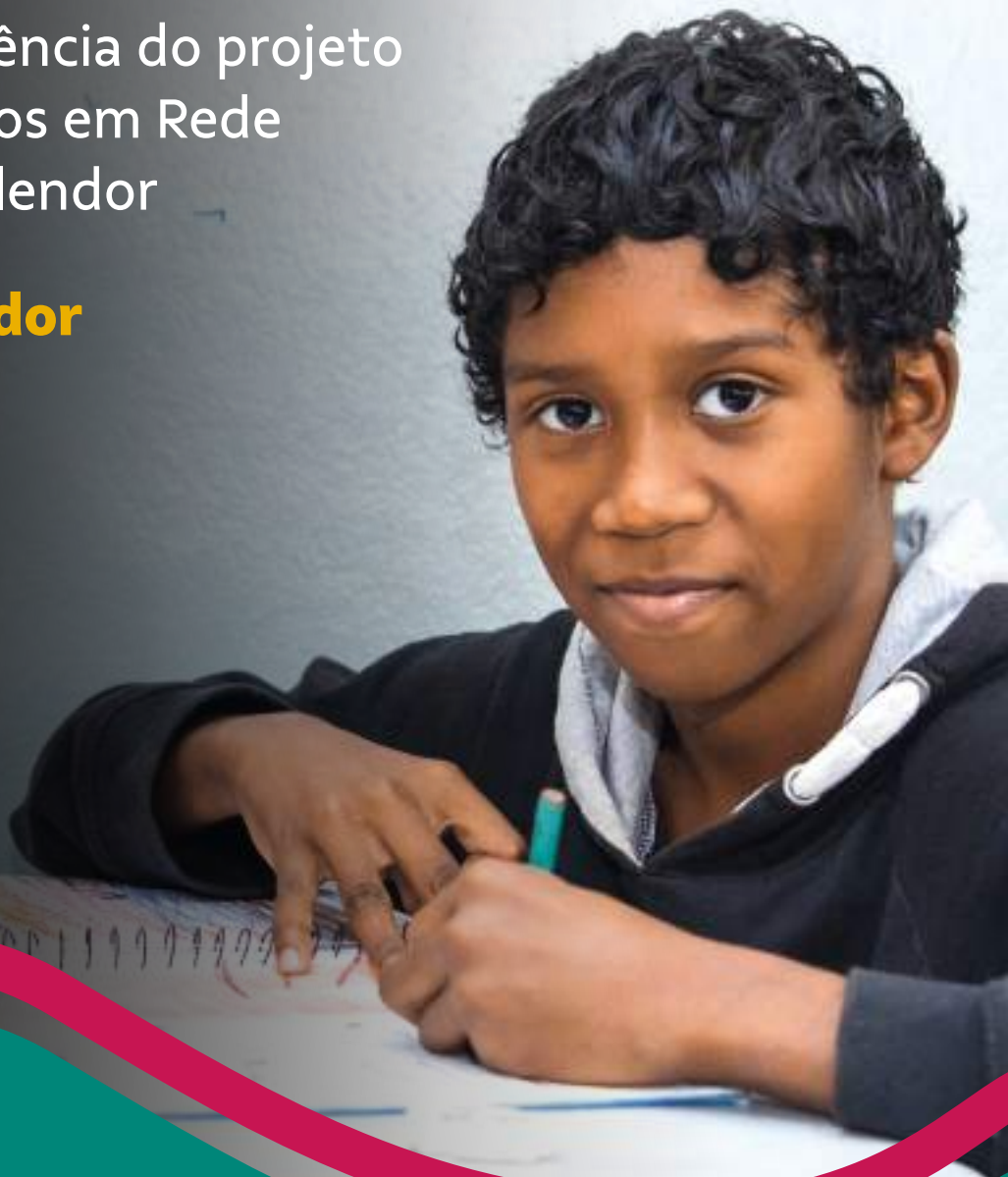


Educação é um Direito:

A experiência do projeto Territórios em Rede em Resplendor

Resplendor

Minas Gerais



Territórios
em Rede



Educação é um Direito:

A experiência do projeto
Territórios em Rede
em Resplendor

Resplendor
Minas Gerais
2024

Iniciativa:



Parceiro Executor:



Ficha Técnica

FUNDAÇÃO VALE

Malu Paiva
Presidente do Conselho de Curadores

Flavia Constant
Diretora Presidente

Pâmella De-Cnop
Diretora Executiva

Fernanda Fingerl
Gerente de Metodologias Sociais

Maykell Costa
Gerente Sul/Sudeste

Andreia Prestes
Analista Especialista de Metodologias

Marluce Braz
Analista de Metodologias

Juliana Bahia
Analista Sul/Sudeste

Fabio Macedo
Comunicação Fundação Vale

CIDADE ESCOLA APRENDIZ

Natacha Costa
Diretora Geral

Paula Patrone
Diretora Institucional

Raiana Ribeiro
Diretora de Programas

Roberta Tasselli
Diretora de Comunicação

Eliana Sousa Silva
Consultora Metodológica

Julia Ventura
Gestora Estratégica

Gisele Martins
Gestora Estratégica de Campo

Dalcio Marinho
Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento

Ana Paula Santana Rodrigues
Felipe Tau
Raquel de Oliveira Silva
Gestão Executiva

Bianca Cambiaghi
Filipe Mendonça
Gestão de Monitoramento e Avaliação

Daniele Moura
Isys Remião
Gestão de Comunicação

Elza Sousa
Cintia Soares
Gestão Geral de Campo

Roberta Castro
Roberta Verneque
Gestão de Polo

Sabrina Bairros
Analista de Comunicação

Jaqueline Maria Ferreira de Souza
Assistente de Comunicação

Marco Faganello
Analista de Monitoramento e Avaliação

Fernando Nascimento
Assistente Monitoramento e Avaliação

Cristiane Aparecida de Oliveira
Katarine Rosa de Oliveira
Yasmin Mancini
Assistentes de Projeto

Equipe Territórios em Rede

Resplendor

Beatriz Gomes de Paula Beariz

Gestão Local

Joyce dos Santos Silva Dantas

Deborah Pazini de Almeida Mozer

Articuladoras locais

Evidências e Sistematização

Miriam Krenzinger

Consultora

Natália Guindani

Coordenação

Bruna Musumeci

Luiza Santos

Pesquisadoras

Fernando Mendes

Assistente de pesquisa

Julia Ventura

Natacha Costa

Raiana Ribeiro

Revisão técnica

Gláucia Cavalcante

Gustavo Abumrad

Projeto Gráfico

Derick Ramon

Diagramação

Elizete Munhoz Ribeiro

Revisão de textos

Daniele Moura

Isys Remião

Revisão Final

Foto: Thiago Beariz, 2022



Apresentação

Criada há mais de 50 anos, a Fundação Vale tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a Vale atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades principalmente em cinco estados – Pará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores para potencializar seu trabalho nos campos de Educação, Saúde, Assistência Social e Geração de Renda.

Fazem parte dessa rede as secretarias municipais, instituições e empresas privadas e públicas, além de organizações do terceiro setor com experiência em políticas públicas, como a Associação Cidade Escola Aprendiz, entre outros.

No campo da Educação, a Fundação Vale foca hoje no desenvolvimento de ações de fortalecimento dos processos de alfabetização e de combate à exclusão escolar, visando a promoção do Direito à Educação de qualidade para todos.



www.fundacaovale.org

A sistematização da experiência do projeto Territórios em Rede, em Resplendor (MG), apresentada nesta publicação, é resultado de um esforço coletivo que envolveu a coleta de depoimentos e registros documentais, além da organização de todo o conhecimento produzido a partir das ações do projeto em campo. Nosso objetivo é destacar o que foi, cuidadosamente, construído e vivenciado ao longo desta experiência. Para isso, buscamos lançar luz sobre o processo de cocriação de estratégias que operaram de forma integrada e intersetorial, com o propósito de promover a agenda de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar em toda a comunidade de Resplendor.

Os registros consolidados neste documento visam servir como referência para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o Direito à Educação de crianças e adolescentes. Nossa intenção é compartilhar dados e análises com outros municípios, a fim de fortalecer o combate à exclusão escolar em novos contextos, visto que este fenômeno afeta todo o país. Esperamos que a organização deste legado transcenda fronteiras e promova o Direito à Educação como uma pauta pública prioritária no Brasil.

Sumário

5 Apresentação

9 Introdução

9 O projeto Territórios em Rede

14 O município de Resplendor (MG)

19 A implementação do Territórios em Rede em Resplendor

19 Pressupostos éticos e conceituais

23 Passos estruturantes

67 Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Resplendor

67 Observações Gerais

73 Destaques

77 Cenários da exclusão escolar

80 Casos ilustrativos

83 Intersetorialidade

85 Resultados e impactos

85 Métodos de identificação

88 Incidência política

97 Considerações e aprendizagens



Foto: Thiago Beariz, 2022

Introdução

O projeto Territórios em Rede

A Fundação Vale, em parceria com a Cidade Escola Aprendiz, iniciou a implementação do projeto Territórios em Rede (TR), em 2020,

com o objetivo de fomentar o desenvolvimento social e territorial de municípios, a partir da agenda de enfrentamento da exclusão escolar.

Por meio da articulação de setores governamentais e não governamentais, o projeto incentivou o desenvolvimento de políticas públicas e ações que visavam contribuir com a garantia do acesso e da permanência de crianças e adolescentes na rede pública de ensino, tendo iniciado o trabalho, primeiramente, nos municípios da Serra (ES) e de Marabá (PA), expandindo-se, em 2021, para outros municípios no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Pará.

- Em nível nacional, a pandemia da covid-19 agravou
- o risco de exclusão escolar, afetando, sobretudo, crianças e adolescentes que já
- enfrentavam dificuldades na Educação – o que ampliou as
- já existentes desigualdades de acesso e permanência na
- escola, com mais de cinco milhões de crianças e adolescentes, entre 6 e 17 anos, não
- matriculados ou sem acesso à aprendizagem, sendo que
- mais de 40% eram crianças de 6 a 10 anos, uma faixa
- etária com acesso à escola praticamente universal,
- antes da pandemia.¹

Sob essas condições, a iniciativa destaca e enfatiza a importância da efetivação do Direito à Educação no Brasil, previsto na Constituição Federal de 1988, como um esforço conjunto do Estado e da sociedade.

¹ Dados do relatório Cenário da Exclusão Escolar no Brasil, publicado em 2021 pelo Unicef a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019.

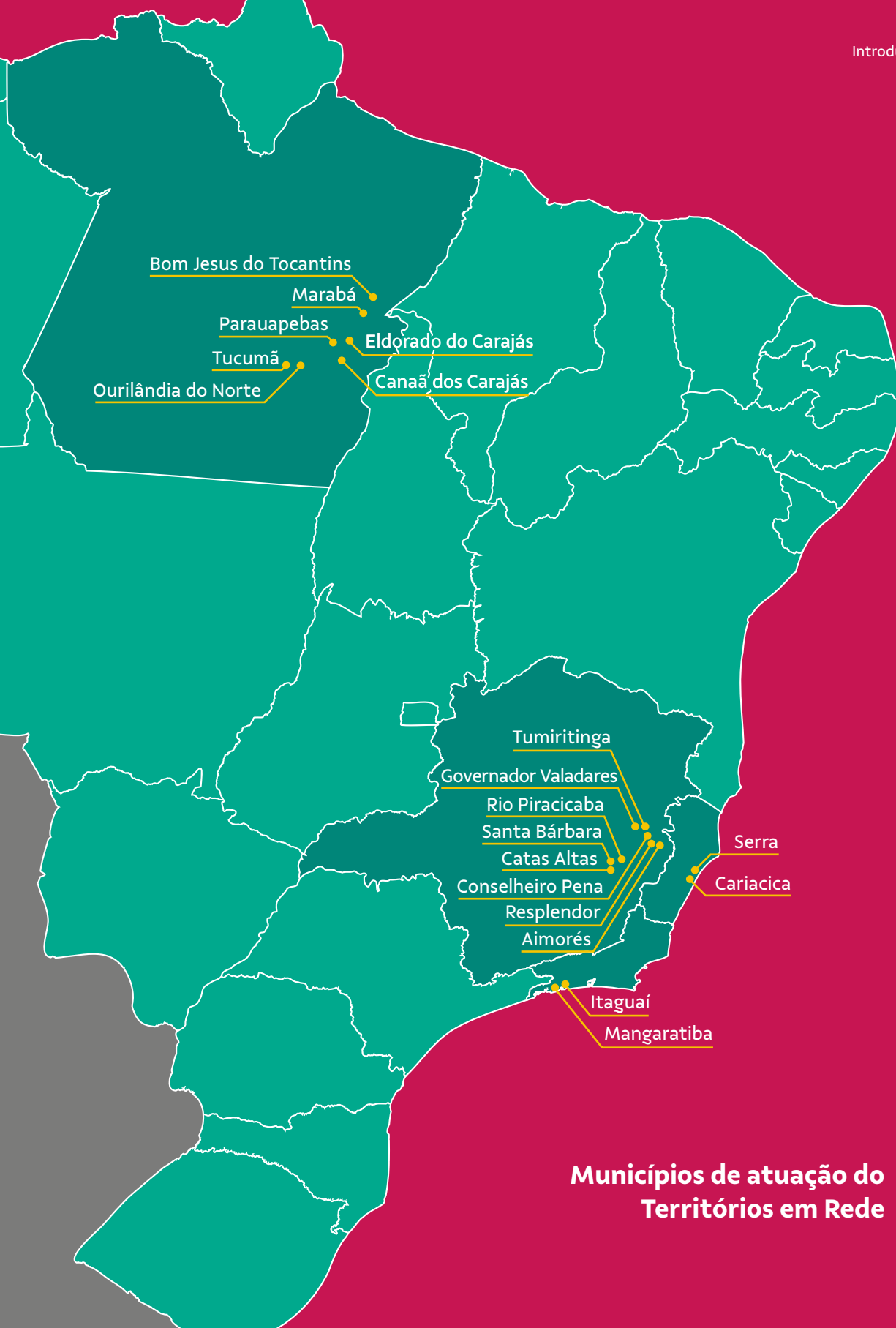
Inspirado por esta perspectiva ético-política e legal, garantir o acesso à Educação como um direito fundamental requer a implementação de ações estruturadas e direcionadas para interromper a perpetuação e a reprodução das desigualdades sociais, além de diversas formas de violência que afetam, principalmente, a população pobre, negra e infantojuvenil de nosso país.

Desta forma, a garantia de uma Educação de qualidade para crianças e adolescentes está intimamente relacionada ao caráter inclusivo da escola e, à vista disso, a redução da pobreza e das desigualdades sociais. Tal desafio se complexificou com as crises econômica, ambiental e sanitária que assolaram nosso país nos últimos anos, afetando, especialmente, as crianças e os territórios mais pobres, por estarem mais vulnerabilizados e desassistidos pelas políticas públicas e pelas redes de proteção social.

Os municípios da Serra (ES) e de Marabá (PA) foram referências para a expansão do Territórios em Rede para outros 17 municípios do país ao longo dos anos subsequentes. Entre 2021 e 2024, o projeto foi realizado em municípios que abrangem mais de 2 milhões de pessoas.

Durante quatro anos de atuação contínua, com base em diferentes tipos de atividades – formações, apoio à gestão, levantamento de dados, etc. –, o Territórios em Rede (TR) conseguiu reintegrar um número expressivo de crianças e adolescentes ao sistema educacional. O resultado demonstra o potencial da abordagem intersetorial e interdisciplinar, evidenciada na Busca Ativa escolar, como estratégia eficaz para assegurar a Educação e a proteção social, especialmente àqueles que se encontram sob violações de direitos.

Desde a sua concepção, o projeto enfatizou a importância da incidência política, visando à estruturação e articulação de políticas públicas sustentáveis, voltadas à prevenção da exclusão escolar. As experiências acumuladas reforçam a compreensão de que abordagens isoladas em políticas sociais podem resultar em ações fragmentadas que, com frequência, não conseguem alcançar o impacto desejado na prevenção da exclusão escolar, especialmente considerando a



**Municípios de atuação do
Territórios em Rede**

complexidade dos fatores que afetam as condições de vida dos segmentos mais vulneráveis da população.

Principalmente durante a pandemia da covid-19, a Busca Ativa escolar mostrou-se uma estratégia essencial para apoiar e fortalecer o diálogo entre as unidades escolares, os demais agentes do Sistema de Garantia de Direitos e as famílias. Essa articulação permitiu que situações de insegurança alimentar, violência doméstica, dentre outras violações de direitos, fossem identificadas e encaminhadas pela rede de proteção local, destacando a escola pública brasileira não apenas um equipamento capaz de promover aprendizagens e o desenvolvimento de crianças e adolescentes, mas também uma estrutura fundamental para acesso aos demais direitos sociais.

Como ponto de partida, o Territórios em Rede assumiu o conceito de exclusão escolar² ou desvinculação escolar, como um fenômeno complexo e multidimensional que afeta crianças e adolescentes que:

- estão sem acesso à unidade escolar;
- possuem acesso à unidade escolar e estão matriculados, mas não frequentam regularmente as atividades escolares;
- não estão matriculados, devido a múltiplos fatores psicossocioculturais;
- não estão matriculados, devido à falta de vagas na rede pública de Educação e/ou vagas próximas de suas residências;
- evadiram ou abandonaram o sistema educacional;
- foram afetados por situação de calamidade pública, desastres ambientais, epidemias e/ou crise sanitária com riscos à sua saúde e de seus familiares, e não participam de nenhum programa educacional oficial estruturado.

² Julia Ventura, gestora estratégica do Territórios em Rede, em sua tese de Doutorado (2021) demonstrou que fatores como discriminação racial e de gênero, pobreza urbana e rural, violência e baixa escolarização familiar são alguns dos desafios enfrentados para o acesso e a permanência na escola. Também estão entre os mais excluídos meninas e meninos com deficiência, migrantes, quilombolas e indígenas, em situação de trabalho infantil, que vivem em unidades de acolhimento institucional, sofrem algum tipo de exploração ou estão em conflito com a lei. Disponível: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54745/54745.PDF>

Dessa forma, a exclusão escolar é entendida como um problema sistêmico, causado pelas profundas desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais que nos caracterizam como sociedade. Por isso, os caminhos para sua superação demandam uma atuação permanente, urgente e prioritária, até que seja definitivamente erradicada.

De olho na legislação

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), o Brasil estabeleceu metas ambiciosas e necessárias, que seguem distantes de serem alcançadas. Uma delas é a universalização do Ensino Fundamental de nove anos para crianças de 6 a 14 anos, com a meta de que, pelo menos, 95% delas concluam essa Etapa da Educação Básica na idade recomendada. Além disso, o PNE busca universalizar a Educação Infantil na Pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, expandir a oferta da modalidade em creches para atender, pelo menos, metade das crianças de até 3 anos de idade, no país, e aumentar a taxa de matrículas de adolescentes entre 15 e 17 anos no Ensino Médio para 85%.

Por isso, a Fundação Vale e a Cidade Escola Aprendiz compreendem o projeto Territórios em Rede como iniciativa-chave para o enfrentamento da exclusão escolar no país. Respeitando as diversidades de cada território, a proposta oferece caminhos para o desenvolvimento territorial dos municípios em múltiplas frentes, reconhecendo as capacidades técnicas dos agentes e suas possibilidades de criar uma metodologia a partir de suas necessidades.

O município de Resplendor (MG)

Resplendor³ é um município localizado na região do Vale do Rio Doce, no estado de Minas Gerais. Apesar de estender-se por pouco mais que 1.081 quilômetros quadrados, a área urbanizada do município mineiro é uma pequena fração desse total, ou seja, apenas 3,3 quilômetros quadrados.⁴

Conta-se que o nome Resplendor surgiu, originalmente, nos mapas de aviadores que, ao sobrevoar a área, notavam o brilho refletido em uma montanha rochosa da região, cujo cume era coberto por vegetação, e daquela elevação escorria uma quantidade de água, que mantinha sua face molhada – o que atribuía à pedreira uma aparência espelhada. No entanto, a história da cidade não foi sempre assim, poética. Ainda no Brasil Colônia, Dom João VI autorizou as chamadas “guerra justas” contra os povos que habitavam originalmente aquela área, estando, entre eles, o povo indígena Krenak – conhecido também como Aimorés, nome de outro importante município do leste mineiro.

No século XX, esse povo sofreu dois episódios de realocação forçada, promovidos pelo Estado. O primeiro, em 1957, quando foram retirados de suas terras pelos agentes do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sendo deslocados para as terras indígenas dos Maxakali, em Águas Formosas, no município de Santa Helena de Minas. Eles retornaram, em 1959, para seu território tradicional, numa caminhada que durou três meses. O segundo, em 1972, já sob a gestão da Fundação Nacional do Índio (Funai), apoiada pelo estado de Minas Gerais, para a Fazenda Guarani, no município de Carmésia, de onde retornaram para suas terras a pé, em 1980.

A colonização do atual município de Resplendor teve início na segunda metade do século XIX, mas foi no final da década de 1910, quando passou a ser cruzado pela Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), que houve um desenvolvimento econômico e demográfico mais consistente, por meio de um núcleo que se

³ Fonte: <https://www.resplendor.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia-de-resplendor/6489>

⁴ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/resplendor/panorama>



Foto: JVentorim

estabeleceu ao redor da estação ferroviária. A partir de então, grandes fazendas de café foram instaladas no município, impulsionadas pelos colonos do norte do estado do Rio de Janeiro e pela força de trabalho de imigrantes europeus, chegando a tornar-se o maior produtor do estado, na década de 1940. Atualmente, o Produto Interno Bruto (PIB) da cidade é composto pela agropecuária e pela de prestação de serviços, tendo, ainda, participação relevante na mineração.

Entre os principais “atrativos” do município está o Parque Estadual de Sete Salões que, além de ser uma das principais reservas ecológicas da Mata Atlântica na região do Vale do Rio Doce, possui uma série de montanhas, matas e cachoeiras, afora a Gruta dos Sete Salões, que ostenta pinturas rupestres. A maior parte das belezas do Parque são abertos ao público, interligadas por trilhas. Igualmente se destaca o conjunto paisagístico formado pelo lago da barragem da Usina Hidrelétrica de Aimorés, no caminho do Rio Doce, onde se tornou comum a prática de esportes aquáticos, náuticos e da pesca, além da apreciação das paisagens formadas pelo curso hidrográfico, em meio ao relevo ondulado.

Segundo o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município tem 17.226 habitantes. A população é composta por 9.594 pessoas pardas (55,7%), 1.541 pretas (9%) e 564 indígenas (3,3%). Os brancos e amarelos somam, respectivamente, 5.518 (32%) e 9 (0,1%) pessoas.

Em 2022, havia 2.918 pessoas ocupadas em emprego formal – o que representava 17% da população. O rendimento médio dos trabalhadores formalizados era de 1,7 salário mínimo.⁵

No mês de fevereiro de 2024, o município de Resplendor teve 4.129 famílias cadastradas no Cadastro Único, sendo 1.443 (35%) em situação de pobreza. Essas famílias somavam 9.832 pessoas, com 3.924 (40%) em situação de pobreza. Para fins dos programas de renda do Governo Federal, conforme a Lei 14.601, de 19 de junho de 2023, a família em situação de pobreza é aquela cuja renda mensal *per capita* não ultrapassa R\$ 218,00.

A atualização do cadastro a cada dois anos é requisito para o recebimento de benefício de programas sociais do Governo Federal. Em fevereiro de 2024, 78% das famílias estavam com o cadastro atualizado. Porém, entre as famílias com renda mensal *per capita* de até ½ salário mínimo, a atualização cadastral estava em 85% do total.

No mês de março de 2024, o município de Resplendor teve 1.559 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família. Essas famílias reuniam 4.572 pessoas e totalizaram uma transferência mensal de R\$ 1.044.518,00, resultando em um benefício médio de R\$ 670,00 por família.

Devido à pandemia da covid-19 e a interrupção das atividades escolares, o acompanhamento das condicionalidades da Educação foi suspenso na implementação do Bolsa Família. Porém, desde junho de 2022, voltou a ser obrigatório.

⁵ Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/resplendor/panorama>.

Em março de 2024, 1.429 beneficiários de 4 a 17 anos de idade tinham perfil para acompanhamento da condicionalidade de Educação no município de Resplendor. No período, foram acompanhados apenas 55,5%, o que totaliza 793 beneficiários entre 4 e 17 anos (a cobertura nacional de acompanhamento foi de 77%). Entre crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiários do Bolsa Família que tiveram o acompanhamento da condicionalidade Educação, 96,3% cumpriram a condicionalidade, que é de 60% de frequência escolar para crianças de 4 e 5 anos, e de 75%, para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. As taxas de cumprimento da condicionalidade, por faixa etária, foram de: 95,2%, na de 4 e 5 anos; 95,8%, na de 6 a 15 anos; e 88,1%, na de 16 a 17 anos.

- A situação de pobreza é
- caracterizada pela renda
- mensal de, no máximo,
- R\$ 218,00 por pessoa.
- Se a renda mensal não
- ultrapassar R\$109,00 por
- pessoa, a família é clas-
- sificada em situação de
- extrema pobreza.
- *Fonte:* Ministério do
- Desenvolvimento Social – MDS,
- Governo Federal, 2024

Foto: Thiago Beariz, 2022



A implementação do Territórios em Rede em Resplendor

Pressupostos éticos e conceituais

Direito à Educação

O Territórios em Rede tem como principal pilar a defesa do Direito à Educação, que deve se concretizar a partir da corresponsabilização de diferentes setores da sociedade. Nesta perspectiva, são desenvolvidas ações formativas em diferentes frentes, criando estratégias em diálogo com as múltiplas equipes e setores com os quais se relaciona.

Para assegurar o Direito à Educação a todas as crianças e adolescentes, o projeto defende não apenas a centralidade da escola, mas sua articulação ao Sistema de Garantia de Direitos e aos demais equipamentos que atendem à infância, adolescência e suas famílias, nas mais diferentes configurações.

Na escola, entende-se que o estudante deve estar no centro do processo educativo, considerando suas necessidades, interesses e contexto sociocultural, o que significa reconhecer a singularidade de cada sujeito e território, promovendo estratégias pedagógicas adequadas a cada um e a cada uma.



“O Direito à Educação opera como um multiplicador. Ele potencializa todos os os demais direitos humanos quando garantido e impede o gozo da maior parte deles quando negado”.

Katarina Tomasevski, 1ª relatora do Direito à Educação da Organização das Nações Unidas.

Território e Intersetorialidade

Ao mesmo tempo, o Territórios em Rede compreende o papel do território no desenvolvimento das políticas educacionais, particularmente para a efetiva inclusão de crianças e adolescentes que, por diferentes razões, estão fora da escola ou em risco de evasão escolar. Neste sentido, os seguintes pontos se destacam como pressupostos do projeto:



Contexto

O **território é contexto**. Como tal, ele expressa as identidades, a cultura, as condições de vida e a história das pessoas. Por isso, a construção de vínculos entre educadores e estudantes e a pertinência do projeto pedagógico (condições essenciais para a aprendizagem e o desenvolvimento) dependem do reconhecimento e da integração da questão territorial.

Participação


A **gestão democrática** só se realiza na integração com o território, já que a participação efetiva das famílias e da comunidade depende de que as pessoas se sintam reconhecidas e parte do processo educativo e responsáveis por apoiar o acesso à Educação de crianças e adolescentes.

Conhecimento

O **território**, seja ele qual for, é **rico em interações significativas** em estado potencial. Pessoas, saberes, recursos diferenciados podem ser articulados ao itinerário formativo dos e das estudantes, enriquecendo seu repertório, garantindo novas aprendizagens, ampliando seu olhar sobre o território e fortalecendo sua autonomia para estabelecer conexões possíveis, que estão além das instituições.

Articulação Intersetorial

Para que crianças e adolescentes possam ter acesso à escola e aprender, é necessário criar condições para a sua educabilidade (Tedesco;


 López, 2002).⁶ Ou seja, é fundamental que condições dignas de vida e seus direitos estejam observados. Para isso, é importante contar com a interlocução permanente e com o trabalho integrado a equipamentos e agentes de todos os setores que tiverem contribuições a dar ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes (saúde, desenvolvimento social, cultura, esporte e lazer, etc.).

Redes territoriais

Para tanto, é preciso reconhecer a importância das redes territoriais na promoção do Direito à Educação e na salvaguarda do próprio e dos demais Direitos Humanos.

Denominamos **redes territoriais** os coletivos, organizações que se formam no âmbito dos territórios e que envolvem diferentes atores sociais – ativismo comunitário, sociedade civil organizada, gestão pública, etc. – articulados em torno de temáticas e/ou objetivos comuns. Com estruturas flexíveis, as redes costumam reunir indivíduos e instituições de forma democrática e participativa.

As redes de organizações territoriais podem ser constituídas de modo informal ou formal. Nas redes informais, observa-se a articulação de **ações comunitárias e projetos locais**, que podem estar conectados e em parceria com indivíduos e coletivos sociais envolvidos em causas e pautas comuns. Tais organizações comumente se reúnem para discutir propostas de desenvolvimento local e para trocar informações sobre o território e os problemas da região.

- **Importante!**
- Como princípio orientador, a rede de proteção social territorial desenvolve estratégias de integração dos agentes locais buscando superar a lógica dos encaminhamentos por uma abordagem integrada, que prioriza a criação de comitês multidisciplinares de referência para cada família atendida.

6 TEDESCO, J. C.; LÓPEZ, N. "Algunos dilemas de la educación secundaria en América Latina". *REICE – Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, vol. 2, n. 1, jan-jun, 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55120103>.

Como estrutura formalizada, podemos compreender a criação de **redes de proteção social** estabelecidas no conjunto de serviços e setores governamentais que atuam de modo integrado nos territórios, buscando alinhamentos para assistir as pessoas, em vez de apenas encaminhá-las de um serviço para o outro. As redes formais são estabelecidas por meio da formalização de programas e políticas públicas intersetoriais no nível dos territórios. Tais redes possibilitam alinhar agendas e unificar cadastros e sistemas de informação em uma lógica de colaboração.

A escola também compõe ou dialoga diretamente com essas redes – informais e formais – como parte integrante da dinâmica local do território em que se insere. Como um ator da comunidade atuante na melhoria das suas condições de vida e de desenvolvimento, a escola apoia o protagonismo das crianças e dos estudantes no processo de aprendizado, com foco na capacidade que têm de produzir conhecimento e atuar nas transformações de suas próprias vidas e comunidade.

Importância do Projeto Político Pedagógico (PPP)

A garantia do Direito à Educação pressupõe a articulação e colaboração entre escola e diferentes setores, organizações e sujeitos do território. O Projeto Político Pedagógico é uma estratégia para materializar e concretizar essas relações no ambiente escolar. Construído e monitorado colaborativamente, o PPP torna-se importante instrumento de democratização da gestão e do conhecimento.

A partir da articulação e mobilização de redes que envolvem diferentes agentes, programas, políticas públicas e iniciativas locais buscam-se condições contínuas para acesso à Educação e garantia da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. Conectados por um objetivo comum, estes

diferentes atores e instituições podem construir uma prática territorial interse-
torial com participação comunitária.

▼
▼
▼
▼
▼
▼
▼
▼
▼
▼

A atuação em rede, então, torna-se central para a efetivação da política educacional, com a participação ativa de famílias e da comunidade local. Esta abordagem está fundamentada em uma visão de escola pública participativa e democrática, voltada para o desenvolvimento comunitário sustentável e na garantia do Direito à Educação de crianças e adolescentes.

Passos estruturantes

O projeto Territórios em Rede ampliou suas atividades para Minas Gerais em 2021, envolvendo, num primeiro momento, os municípios de Aimorés, Conselheiro Pena, Governador Valadares e Resplendor, e em 2022, chegou em Tumiritinga. Em Resplendor, a iniciativa foi implementada a partir de agosto de 2021.

Inicialmente, a Fundação Vale e a equipe gestora do projeto realizaram uma apresentação para as prefeituras desses municípios, com a presença das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social. Esses encontros foram estratégicos para iniciar as visitas às instituições públicas e tiveram como objetivo alinhar os procedimentos e começar o trabalho de campo.



Divulgação do projeto nas instituições parceiras

Foto: Thiago Beariz, 2022

Conhecendo o Território

Após as pactuações e alinhamentos iniciais com a gestão pública do município, a equipe gestora se concentrou em estabelecer as bases para a implementação de sua metodologia e alcance de suas metas centrais:



Meta primária

Reinserir 250 crianças na escola, considerando a estimativa de haver 427 crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão no município de Resplendor. Esta meta representaria alcançar quase 60% do público-alvo.

Meta secundária

Incidir sobre as políticas públicas de modo a fomentar a sustentabilidade das ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, a partir de ações intersetoriais da gestão pública.

A meta primária foi calculada com base na relação entre as informações obtidas por meio do Diagnóstico Socioterritorial e a capacidade da equipe de campo disponível na época. Para apoiar a meta principal, foram estabelecidos indicadores de processo, que também serviam ao monitoramento das atividades planejadas e executadas. A segunda meta teve como objetivo apoiar o trabalho das Secretarias, a partir da estruturação de estratégias permanentes e intersetoriais.

Para atingir os objetivos e metas previstas, deu-se início a um conjunto de ações estratégicas. Enquanto algumas aconteceram no início da implementação do projeto, outras foram realizadas continuamente, ao longo de todo percurso do Territórios em Rede em Resplendor:

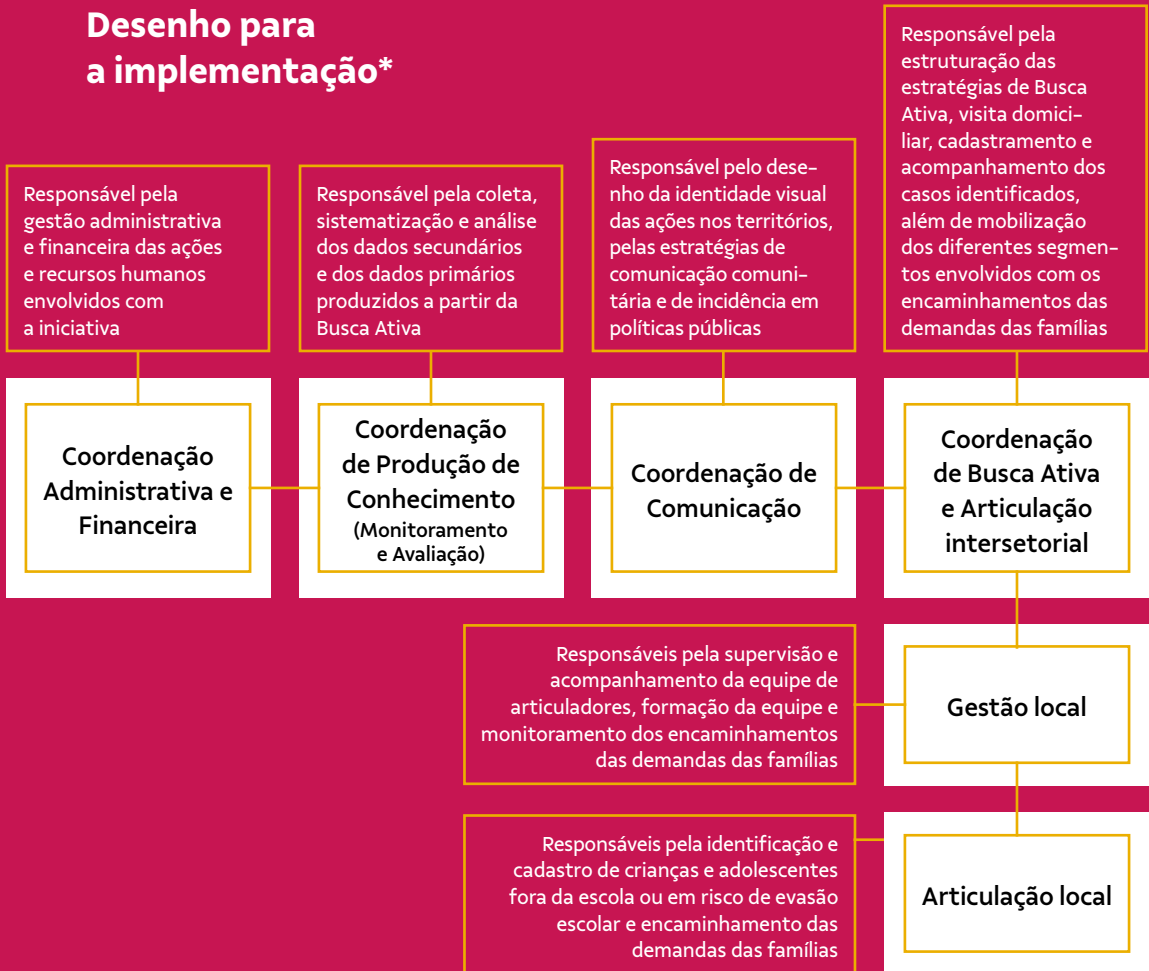
- **Estruturação e Formação das equipes** de campo e planejamento;
- **Articulação Intersectorial com a criação de um Comitê Gestor Intersectorial** com foco na questão da exclusão escolar;

- **Diagnóstico Socioterritorial** para levantamento de dados e de informações sobre o município;
- **Formação em Serviço**: capacitação de agentes públicos e da sociedade civil para a incorporação da metodologia, conferindo sustentabilidade às ações implementadas;
- **Comunicação Comunitária e Mobilização Social**: estratégias de comunicação voltadas a sensibilizar e mobilizar o município para a agenda do enfrentamento à exclusão escolar;
- **Busca Ativa e Articulação no território**: trabalho de campo voltado para a identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar (visitas domiciliares e contato telefônico), além da mobilização de agentes, organizações sociais e equipamentos públicos em nível territorial;
- **Avaliação e Monitoramento**: cadastramento de casos em sistema próprio, permitindo a construção de banco de dados com informações socioeconômicas de cada criança, adolescente e família atendidos;
- **Sistematização da Metodologia** construída em Resplendor, discutindo as aprendizagens e o legado, no que se refere à incidência política do projeto no município.

Uma vez que a iniciativa concentrava-se na garantia do acesso e da permanência escolar, mantendo o vínculo dos estudantes e famílias com as escolas e assegurando sua proteção social, articular a rede de proteção social existente no município era condição necessária para o retorno às aulas e prevenção do risco crescente de exclusão escolar.

A equipe para o trabalho de campo foi composta por uma gestora local e duas articuladoras de campo que, além de residirem no município, detinham conhecimento do território e da oferta de serviços públicos pela rede intersetorial.

Desenho para a implementação*



*Adaptação a partir do desenho de equipe do Territórios em Rede com vistas à sua replicação.

Formação inicial e contínua da equipe

Em meio a um cenário desafiador, o projeto em Resplendor não apenas avançou na sua estruturação, mas promoveu um ciclo formativo para a equipe que seria responsável pela implementação da experiência no território, assim como criou canais de comunicação visando ações integradas entre as Secretarias de Educação, de Saúde e Assistência Social.

O processo formativo abordou princípios do Direito à Educação, formação de redes e ação intersetorial, além de discutir a importância de um olhar complexo e multidimensional sobre o território, sobre a metodologia da Busca Ativa escolar, ações técnicas no uso de aplicativos e a inserção de dados para monitoramento e acompanhamento dos casos identificados.

A formação contou com o planejamento e a implementação das estratégias voltadas à consolidação da rede de proteção de crianças e adolescentes identificados pelo projeto, seguindo os pressupostos da legislação brasileira pertinente ao tema.



Reunião na Secretaria
Municipal de Saúde

Foco na legislação!

Constituição Federal 1988

Estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à Saúde, à alimentação, à Educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.⁷

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 1990

Reforça os direitos das crianças e adolescentes, garantindo proteção integral e priorizando o bem-estar deste público. A Lei também estabelece diretrizes para a criação de políticas públicas voltadas para este segmento.⁸

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996

Apresenta as diretrizes e bases da Educação nacional, garantindo o direito à Educação e estabelecendo normas para sua organização.⁹

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos 2010

Orientam a formulação dos currículos para o Ensino Fundamental, garantindo a inclusão e a qualidade da Educação.¹⁰

7 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Presidência da República, [1988/2023]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm

8 BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF: Senado Federal, 1990. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/598834/Eca_normas_correlatas.pdf

9 BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília/DF: Diário Oficial da União. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9394.htm>

10 BRASIL. **Resolução CNE/CEB 7/2010**. Brasília/DF: Diário Oficial da União, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf



Divulgação do Projeto para parceiros locais

Foto: Thiago Beariz, 2022.

Equipe em campo

A equipe do Territórios em Rede de Resplendor iniciou os trabalhos de campo no mês de novembro de 2021. Para melhor identificar os articuladores, a equipe atuava uniformizada e foi apresentada por um vídeo, divulgado para as famílias e instituições locais. Com isso, ampliou-se a confiança para sua entrada nas casas e nos territórios, de modo que as parcerias foram crescendo, sobretudo, com as unidades de ensino.



↳ Projeto TR em Resplendor (MG). Apresentação da equipe no território – YouTube

Articulação Intersetorial e Criação do Comitê Gestor Intersetorial

Considerando a complexidade do fenômeno da exclusão escolar, foram estabelecidas em Resplendor parcerias com instituições e órgãos necessários para a

implementação da proposta. Nesse período, a equipe promoveu visitas a entidades civis e órgãos governamentais dos municípios, visando divulgar o projeto e fortalecer articulações e fluxos para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em situação de infrequência escolar.

A formação do **Comitê Gestor Intersetorial** no município, peça-chave do projeto, tem como finalidade estabelecer-se como um fórum de articulação de políticas e análise de casos de exclusão escolar. Seu principal objetivo é aumentar a integração das ações governamentais em todos os níveis, com a participação de gestores, visando a ativação das redes de proteção social e o acesso aos direitos de cidadania.



Foto: Banco de Imagens do Projeto, 2022.

De caráter multidisciplinar, o Comitê tornou-se essencial para integrar os serviços de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, nos territórios. Os componentes e as diretrizes eram definidas e apresentadas pelas equipes técnicas das Secretarias, seguidas pela equipe de campo, que trabalhava em diálogo direto com os agentes locais das diferentes pastas para fortalecer a rede de proteção de crianças e adolescentes em risco de evasão escolar.



O trabalho de fomento à intersectorialidade realizado no âmbito do Comitê Gestor Intersetorial (CGI) possui os seguintes objetivos gerais:

Objetivos gerais do CGI

- Incentivar e fortalecer a cultura de organização intersectorial das políticas públicas;
- Instaurar um fórum de gestão compartilhada, de acompanhamento da implementação do projeto, com o Poder Público;
- Contribuir com a promoção de agendas reflexivas e com a proposição de ações práticas, com foco na proteção integral de crianças e adolescentes, por meio da prevenção e do enfrentamento da exclusão escolar;
- Desenvolver um processo de construção de autonomia na gestão intersectorial do Comitê, para a sustentabilidade de suas ações;



- Apoiar a constituição e a implementação de uma política pública municipal, intersetorial, de prevenção e enfrentamento à exclusão escolar no município;
- Promover um percurso formativo em torno da metodologia do projeto Territórios em Rede, com os representantes das políticas públicas.

De modo a fortalecer a comunicação entre os diferentes agentes envolvidos no Comitê, foram realizadas reuniões de trabalho nas quais a equipe local apresentou suas principais ações em Resplendor. Nesses encontros, casos críticos de crianças fora da escola ou em risco de evasão foram debatidos e diferentes estratégias desenhadas para responder, de forma efetiva, às questões identificadas.

A partir da leitura dos principais desafios, o Comitê estabeleceu o fluxo de informações e indicadores para monitorar crianças em idade escolar. Esses dados, alimentados no sistema georreferenciado do projeto Territórios em Rede, não apenas mapearam a realidade da exclusão escolar em Resplendor, mas auxiliaram no acompanhamento e na avaliação das ações implementadas.

Diagnóstico Socioterritorial

Para garantir o alinhamento da metodologia do Territórios em Rede à realidade local, foram buscadas informações em bases de dados secundárias que pudessem fornecer subsídios ao Diagnóstico Socioterritorial do município e auxiliar no entendimento do perfil das famílias mais vulneráveis aos processos de exclusão escolar. Esse diagnóstico formou um painel de indicadores de vulnerabilidade social, direcionado à elaboração de um panorama sobre a situação da exclusão escolar no município. Além de oferecer uma base para a compreensão do desenvolvimento humano no território, possibilitou o cruzamento de dados e uma visão integrada dos desafios da Educação em Resplendor.

O diagnóstico ofereceu subsídios para as políticas sociais do município, tanto em sua elaboração inicial quanto ao longo do processo. Esse estudo se tornou

uma importante ferramenta de análise das demandas sociais pelo Direito à Educação, por transformar os cadastros individuais e as listas de nomes em informações concretas e vivas, mostrando a conexão de crianças e adolescentes com seus territórios, grupos populacionais, e com marcadores de classe, raça e gênero.

De acordo com dados do Censo Demográfico, do IBGE, a população de Resplendor aumentou 0,8% entre 2010 e 2022. No entanto, a população de 4 a 17 anos retraiu 20% no mesmo período. Provavelmente, isso se deve à redução da fecundidade, que ainda se mostra em curso no município de Resplendor, associada ao envelhecimento da população, ou seja, o aumento do tempo médio de vida.

População de 4 a 17 anos, por faixa etária escolar – Resplendor (MG)

Idade	Ano	
	2010	2022
4 e 5 anos	469	435
6 a 10 anos	1.316	1.098
11 a 14 anos	1.183	866
15 a 17 anos	894	691
Total	3.862	3.090

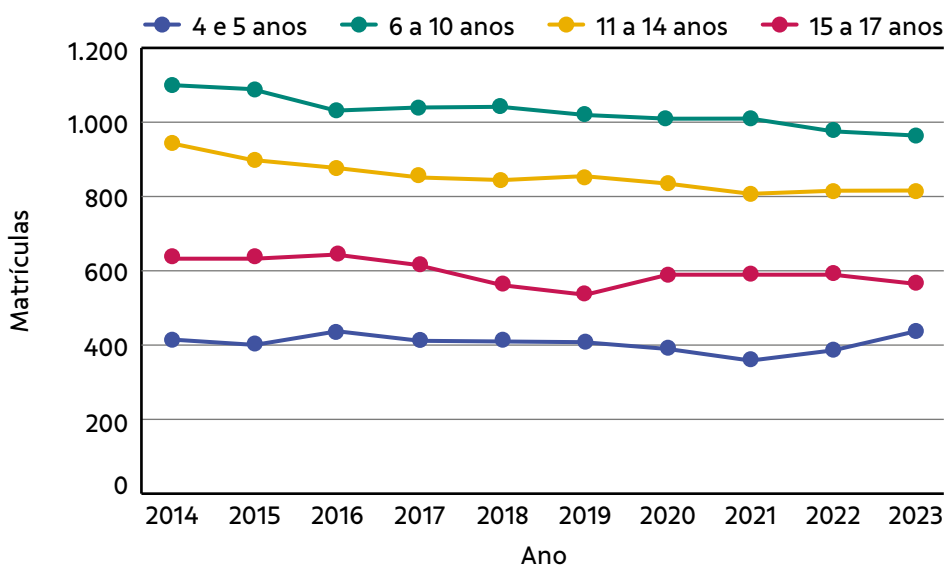
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e 2022.

O número de matrículas recuou 24,4%, entre 2010 e 2022, o que é, relativamente, um pouco mais do que a retração da população infantojuvenil. Este é um indicativo de que a cobertura do atendimento escolar pode não ter

avanzado no período. Na data de referência do Censo Escolar de 2023 (31 de maio), havia 3.068 matrículas na Educação Básica, sendo 2.694 de crianças e adolescentes com idade entre 4 e 17 anos.

O gráfico a seguir mostra o número de matrículas segundo a faixa etária do estudante, a despeito da etapa que frequentava, entre os anos de 2014 e 2023.

Número de matrículas, por faixa etária, de 2014 a 2023 – Resplendor (MG)



	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
4 e 5 anos	389	367	420	383	383	375	350	300	344	422
6 a 10 anos	1.156	1.133	1.048	1.057	1.059	1.026	1.010	1.013	959	943
11 a 14 anos	1.010	933	904	875	857	874	840	799	814	808
15 a 17 anos	631	631	647	605	518	483	559	558	569	521

Fonte: Inep, Censo Escolar da Educação Básica, 2014 a 2023

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2023, a rede municipal de ensino de Resplendor era responsável por 61,8% das matrículas na Educação Básica e a rede estadual, por 28,7%. As unidades de ensino privadas somavam 9,5% das matrículas. Na Educação Infantil, a rede municipal era responsável por 96,2% das matrículas na creche e por 85,2%, na pré-escola. A rede estadual participava da pré-escola com 2,9% e o restante das matrículas estava na rede privada. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a rede municipal era responsável por 81,9% das matrículas, a rede estadual por 5,4% e a rede privada por 12,7%. Nos anos finais do Ensino Fundamental, a rede municipal contemplava 62,4% das matrículas, a rede estadual, 28,1%, e a rede privada, 9,5%. No Ensino Médio, a rede estadual reunia 94,3% das matrículas e o restante era oferecido pela rede privada.

A distribuição das matrículas na Educação Básica, por gênero, neste município mineiro reflete um quadro comum no Brasil: os meninos predominam numericamente, correspondendo a 50,7% dos estudantes, o que se reflete até mesmo no Ensino Médio, em que os meninos são 50,6%. Em geral, no Brasil, a evasão escolar durante a Educação Básica impacta mais os meninos, fazendo com que as meninas sejam maioria no Ensino Médio. Mas em Resplendor, diferentemente do panorama mais comum no Brasil, a relação entre meninos e meninas se mantém quase a mesma durante todo o percurso na Educação Básica.

A declaração por cor ou raça dos estudantes de Resplendor no Censo Escolar de 2023 alcançou 89,8% das matrículas. Nesse contingente, de 2.755 matrículas, os estudantes declarados pardos eram 62,6% e os brancos, 27,4%. Vale destacar que, em Resplendor, os estudantes indígenas, que somam 5,6%, são mais numerosos que os declarados pretos, que somam 4,1%. Além desses, 0,2% foram declarados amarelos.

Matrículas na Educação Básica com declaração de Cor ou Raça em 2023 – Resplendor (MG)

Cor ou Raça	Matrículas	%
Parda	1.726	62,6%
Branca	755	27,4%
Preta	114	4,1%
Amarela	5	0,2%
Indígena	155	5,6%

Nota: Foram consideradas somente as matrículas com a informação de cor ou raça, referentes a 89,8% do total (313 matrículas não tiveram a informação).

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

Ainda segundo dados do Censo Escolar de 2023, 95,8% das matrículas da creche são atendidas em tempo integral (mínimo de 7 horas por dia). Já na pré-escola, todas as matrículas são oferecidas em horário parcial (menos de 7 horas por dia). Nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental também não há oferta de horário integral. No Ensino Médio, o horário integral é oferecido em 22,2% das matrículas, todas concentradas na rede estadual de ensino.

Percentual de Matrículas na Educação Básica com jornada em Tempo Integral em 2023 – Resplendor (MG)

Etapa	%
Creche	95,8%
Pré-escola	0%
Anos Iniciais	0%
Anos Finais	0%
Ensino Médio	22,2%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.



A Taxa de Distorção Idade-série (TDI) é o indicador que expressa o percentual de estudantes com idade que estão dois ou mais anos acima da recomendada para a série escolar em que estejam matriculados.

Em Resplendor, no ano de 2023, a TDI dos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 5,7%; a dos anos finais, de 16,8%; e a do Ensino Médio, de 17,8%. A TDI dos anos iniciais aumentou em relação aos dois anos anteriores, mas ficou menor que a de 2020. Já nos anos finais, a TDI continua alta, mas é a menor observada no município, que, até 2021, nunca havia ficado abaixo de 23%. No Ensino Médio, a TDI de 2023 também é alta, mas representa uma boa queda em relação aos anos anteriores, pois é a segunda mais baixa da série histórica no município, que teve, no ano de 2017, a menor TDI registrada.

Taxa de Distorção Idade-Série em 2023 – Resplendor (MG)

Etapa	TDI
Anos iniciais do Ensino Fundamental	5,7%
Anos finais do Ensino Fundamental	16,8%
Ensino Médio	17,8%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, 2023.

A taxa de aprovação nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 94,5%, no ano de 2022 (os resultados de 2023 ainda não foram divulgados). Este é o menor percentual observado desde 2017. Nos anos finais, a taxa de aprovação de 2022 foi de 91,5%, Este percentual é menor que os observados em 2020 e 2021, anos da pandemia da covid-19. Porém, é a mais alta taxa de aprovação de toda a série histórica até 2019, ou seja, anterior à pandemia. Até então, a marca dos 90% ainda não havia sido ultrapassada.

No Ensino Médio, a taxa de aprovação foi de 89,9% em 2022. Esta taxa só não é maior que a do ano anterior, de 2021, quando 93,2% dos estudantes do Ensino Médio de Resplendor foram aprovados.

Taxa de Aprovação em 2022 – Resplendor (MG)

Etapa	Taxa de aprovação
Anos iniciais do Ensino Fundamental	94,5%
Anos finais do Ensino Fundamental	91,5%
Ensino Médio	88,5%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

▶ **A taxa de abandono escolar expressa, dentre os estudantes que estavam matriculados no final do mês de maio, aqueles que não terminaram o ano letivo vinculados a uma escola.**

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a taxa de abandono em 2022 foi de 0,3% e, desde 2012, vem oscilando em percentuais abaixo de 1%. Nos anos finais, a taxa de abandono ficou em 0,8%, pela primeira vez abaixo de 1%. No Ensino Médio, a taxa de abandono de 1,4%, em 2022, manteve a trajetória de queda pelo terceiro ano consecutivo. Vale destacar que foi a menor da série histórica de Resplendor nesta etapa escolar, sendo que a segunda menor foi de 6,2%, registrada em 2021.

- **Ponto de atenção!**
- Para o sistema educacional, há uma diferença entre as definições de **abandono** e **evasão escolar**. Abandono é o ato de parar de frequentar a escola antes de terminar o ano letivo. Já a evasão refere-se ao estudante que abandonou a escola, ou até mesmo chegou ao final do ano letivo, mas não retornou no ano seguinte para o sistema escolar.

Taxa de Abandono em 2022 – Resplendor (MG)

Etapa	Taxa de abandono
Anos iniciais do Ensino Fundamental	0,3%
Anos finais do Ensino Fundamental	0,8%
Ensino Médio	1,4%

Fonte: Inep. Censo Escolar da Educação Básica, Situação do Aluno, Taxas de Rendimento, 2022.

O IDEB de 2021 das escolas públicas do Ensino Fundamental de Resplendor, tanto nos anos iniciais quanto nos finais, permaneceu igual ao de 2019. No caso dos anos iniciais, o resultado alcançado em 2021 se mostrou igual aos índices mineiro e nacional. Nos anos finais, porém, foi menor. No Ensino Médio, houve um aumento expressivo do IDEB das escolas públicas em 2021 e, nesta etapa, superou os índices das escolas públicas do estado de Minas Gerais e do Brasil.

Dados da rede pública de ensino em Resplendor

IDEB da rede pública em 2021

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental
5,9	4,9

Matrículas em 2023

Anos iniciais do Ensino Fundamental	Anos finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
932 matrículas	876 matrículas	490 matrículas

Docentes em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
141 docentes	48 docentes

Número de estabelecimentos de ensino em 2023

Ensino Fundamental	Ensino Médio
13 escolas	3 escolas



Criança atendida pelo projeto

Foto: Thiago Beariz, 2022.

Busca Ativa

O trabalho de Busca Ativa escolar proposto pelo projeto Territórios em Rede se organiza também no “bater de porta em porta”, caminhando pelas ruas e, como o próprio nome indica, buscando, investigando o território, falando com moradores e trabalhadores, e acionando as instituições por caminhos complementares. A Busca Ativa escolar implica, em alguma medida, um conjunto de estratégias e ações de comunicação e articulação comunitária.

Além do trabalho inicial com as listagens oficiais da Secretaria de Educação, a Busca Ativa escolar teve início, em Resplendor, a partir da articulação de diferentes fontes de informação para identificar possíveis casos de desvinculação escolar, que pudessem se tornar casos de infrequência ou evasão. Para tanto, foi produzido um mapeamento de instituições do território que seriam mobilizadas e ações de comunicação se espalharam pelos bairros do município.

Mapeamento de Instituições e Demandas

- Mapeamento de instituições e serviços disponíveis realizados pelos articuladores;
- Apresentação dos objetivos, metas e estrutura do Territórios em Rede a cada instituição visitada;
- Contato com as escolas do território para identificar crianças e adolescentes em situação de infrequência e/ou exclusão escolar.

Com o aval das lideranças das pastas da Educação, Saúde e Assistência Social do município, a equipe de campo iniciou diálogo e acompanhamento com as equipes que realizam o trabalho na ponta, cotidianamente. Na Educação, por exemplo, a fim de estreitar a relação e a colaboração entre os agentes, os articuladores visitaram as escolas, apresentando-se às equipes de gestão e pedagógicas, verificando as demandas específicas de cada instituição.



Equipe em Busca Ativa

Foto: Tiago Beariz, 2022.

Busca Ativa nas ruas

- Busca por crianças e adolescentes fora da escola de porta em porta, a partir da demanda espontânea. Muitas vezes, é um vizinho ou alguém que sabe onde há crianças ou adolescentes que não estão indo para a escola;
- Visitas aos CRAS¹¹, unidades de Saúde, igrejas, associações e comércios locais;
- Conversas com agentes locais sobre crianças e famílias não localizadas no território;
- Disponibilização de cartazes com informativos e imagens sobre o projeto. A identificação visual do uniforme utilizado fez muita diferença na recepção e no acionamento dos articuladores nos territórios.



Foto: banco de Imagens do Projeto, 2022.

Acompanhamento de famílias

A equipe de Resplendor visitou o distrito de **Calixto**, região com um pouco mais de 1.600 habitantes, de acordo com o IBGE. No local, a equipe realizou o acompanhamento das famílias cadastradas. Nesse mesmo dia, a equipe conseguiu identificar mais dois adolescentes.

Procedimentos ao encontrar uma criança ou um adolescente fora da escola ou em risco de evasão escolar

1. Articulador se aproxima da família para entender a situação, por meio de uma visita domiciliar;
2. Articulador realiza uma entrevista, para coleta de informações, cadastro e entendimento sobre o caso;
3. Cadastramento da família no sistema de monitoramento. Os dados são registrados em um aplicativo que alimenta o banco de dados do projeto;
4. Se a criança ou o adolescente estava fora da escola, orientava-se imediatamente a família sobre os procedimentos de matrícula, em qualquer período do ano;
5. Se a criança ou o adolescente estava matriculado, mas infrequente, fazia-se o cadastro para o acompanhamento familiar, tendo em vista prevenir o abandono.



Visita domiciliar para acompanhamento da família

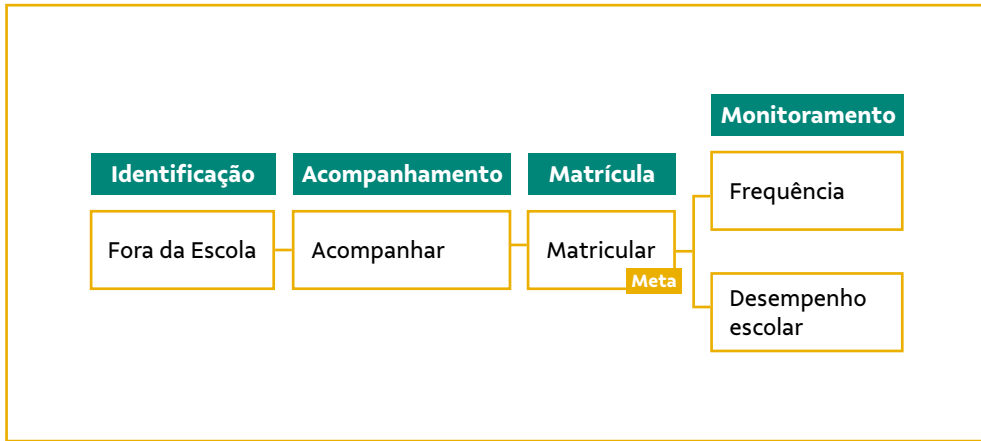
Foto: Tiago Beariz, 2022.

Fluxo de ações

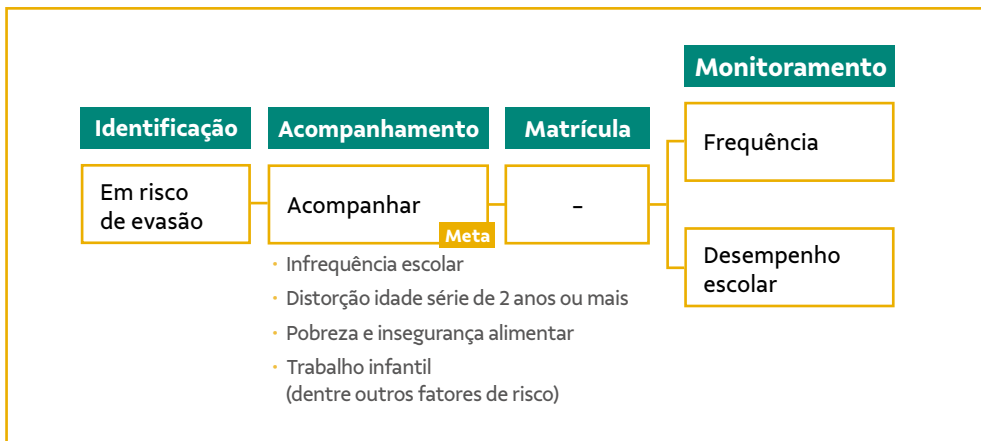
Fora da Escola (sem matrícula)	Risco de Evasão (infrequente)
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar motivo pelo qual a criança ou o adolescente está fora da escola; • assegurar a matrícula escolar em qualquer tempo; • uma vez matriculado, monitorar a frequência e o desempenho escolar; 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar motivo da infrequência (falecimento, mudança de cidade, mudança para outra rede de ensino); • monitorar a frequência escolar e o desempenho regularmente; • avaliar outras variáveis de risco: distorção idade-série maior que 2 anos, situações de violências;
<ul style="list-style-type: none"> • verificar outras demandas sociais da criança / adolescente ou no núcleo familiar (ex: insegurança alimentar, atendimento de saúde, acompanhamento socioassistencial, geração de renda, entre outras); 	
<ul style="list-style-type: none"> • realizar acompanhamentos periódicos (contatos remotos e visitas domiciliares). 	

Uma vez que o(a) articulador(a) localizava uma criança ou um adolescente fora da escola, realizava uma visita domiciliar para entender, com os pais ou responsáveis, os motivos da infrequência, do abandono, da evasão ou por nunca ter estado na escola.

Fluxo de ações



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.



OBS: O acompanhamento é encerrado apenas nos casos de falecimento, mudança de cidade e contato perdido.

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

O trabalho de (re)inserção da criança ou adolescente na escola, envolvia:

1. a articulação com as escolas, responsáveis por disponibilizar a vaga e efetivar a matrícula; a articulação com órgãos da Saúde, Assistência Social, Sistema de Garantia de Direitos, Direitos Humanos, entre outros, a depender do motivo que mantinha a criança afastada;
2. a articulação com parceiros para resolver documentação pendente, sanar problemas de vulnerabilidade social (saúde, moradia ou ausência de responsável), transferência por motivos de conflitos no território que afetam o deslocamento do estudante até a escola, entre outros.

Após efetivada a matrícula, mantinha-se, quando necessário, um acompanhamento das crianças/famílias, em diálogo direto com gestores das unidades escolares, buscando a permanência na escola, por meio do constante monitoramento das listas fornecidas periodicamente pela rede de ensino. Caso houvesse sinais de nova evasão, as etapas anteriores eram retomadas, necessárias para reconduzir a criança ou o adolescente à rede escolar.

Desafios encontrados para a realização da Busca Ativa escolar

Os depoimentos fornecidos pela equipe de campo do Territórios em Rede de Resplendor revelam alguns dos desafios enfrentados durante o período pós-pandêmico, especialmente aqueles ligados à saúde mental e às demandas de adaptação à vida escolar presencial, sobretudo entre os adolescentes. Entre os aspectos mais relevantes, destacam-se:

Intersetorialidade e integração de políticas públicas

Verificou-se a ausência de uma cultura institucional de trabalho intersetorial, além do desconhecimento dos gestores públicos sobre as ações em curso nos diferentes setores da gestão municipal e, ainda, a falta de dados gerais sobre o município, que dificultavam a implementação de ações promotoras do Direito à Educação Básica de qualidade para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Alto nível de vulnerabilidade das famílias identificadas

Essa condição exigia que as equipes de campo atendessem a várias demandas além do acesso à escola, como proporcionar meios para alimentação, serviços de Assistência Social e Saúde, exigindo, das equipes, habilidades específicas para articulação, acolhimento e identificação dos principais fatores que interferem no acesso e na permanência na escola.

Dificuldade de locomoção entre os distritos do interior e as escolas centralizadas em Resplendor

Uma grande dificuldade identificada foi o acesso à escola para crianças e adolescentes residentes nos distritos mais afastados, devido a distância, má qualidade das estradas e condições climáticas desfavoráveis.

Trabalho infantil

Nos distritos do interior, muitas crianças e adolescentes eram infrequentes ou evadidos do sistema educacional devido à necessidade de trabalhar para sustentar a família.

Pandemia e impactos no processo de escolarização

Os impactos da pandemia na Educação de crianças e adolescentes em situações de extrema pobreza são complexos e profundos. Sua total extensão ainda requer avaliação detalhada. Durante o período de transição para o retorno às aulas presenciais, várias questões emergiram, particularmente entre famílias vulneráveis. Na região de Minas Gerais, onde o Territórios em Rede atuou, essas problemáticas se intensificaram.

Primeiramente, a pandemia acentuou as desigualdades sociais existentes, especialmente no aspecto econômico. Famílias com vários filhos em diferentes anos ou etapas escolares enfrentaram enormes desafios no ensino remoto, muitas vezes contando apenas com um celular no domicílio e com acesso limitado ou inexistente à internet. Essa situação reduziu drasticamente as condições mínimas necessárias para uma Educação adequada, resultando em uma interrupção significativa na rotina educacional, mesmo com a distribuição de kits educacionais.

Como consequência direta, no período pós-pandemia, muitas crianças encontraram dificuldades no processo de escolarização, em especial, na alfabetização. Aquelas que já enfrentavam desafios educacionais viram essas questões se intensificarem, resultando em uma defasagem ainda maior entre idade e série escolar. Observaram-se, ainda, muitos casos de pré-adolescentes (10 ou 11 anos) enfrentando barreiras adicionais por estarem em classes com crianças mais novas.

A interrupção da escolarização durante o ensino remoto, agravada pela falta de infraestrutura adequada para estudo em casa, levou muitos adolescentes a buscarem trabalho nas ruas a fim de ajudar no sustento da família. Nesse contexto, alguns adolescentes foram forçados a entrar no mercado de trabalho, muitas vezes em condições de exploração ou em empregos informais, para contribuir com a renda familiar. Isso não apenas exacerbou a distorção idade-série, mas criou uma resistência ao retorno à escola, dada a necessidade de continuar contribuindo com a renda familiar. Há relatos de casos de adolescentes, inseridos no mercado de trabalho informal, como na lavoura, que não se sentem estimulados a retornar à escola, pela disparidade entre sua idade e a série em que se encontram.

O envolvimento precoce no mercado de trabalho vem resultando no afastamento dos processos educacionais, agravando os desafios existentes e criando novas barreiras para a continuidade da Educação formal.



Divulgação no Projeto no território.

Foto: Thiago Beariz, 2022.

Mobilização Social e Comunicação Comunitária

Durante a implementação do projeto, intensificou-se a Busca Ativa escolar por crianças e adolescentes que se enquadravam no perfil determinado. O objetivo, entretanto, não era apenas encontrar esse público específico, mas sensibilizar as comunidades e as diversas regiões de Resplendor sobre a essencialidade do Direito à Educação. Para alcançar tais objetivos, diversas estratégias de comunicação e mobilização social foram adotadas.

A comunicação direcionou ações para sensibilizar a sociedade sobre os compromissos e objetivos do Territórios em Rede, além de promover uma ampla divulgação para incentivar a procura espontânea pelo projeto. As estratégias adotadas foram variadas, incluindo ações de mobilização comunitária, como o uso de carros de som, que emitiam mensagens-chave, atingindo até mesmo a população analfabeta. Paralelamente, cartazes, faixas e panfletos foram estrategicamente distribuídos em locais de grande movimento, como: escolas, associações de moradores, postos de Saúde e praças.

No meio digital, conteúdos específicos foram produzidos para as mídias e redes sociais, incluindo o *site* institucional. Materiais de divulgação como áudios, *gifs* e *flyers* circularam pelo *WhatsApp*. Na fase de consolidação das atividades do Territórios em Rede em Resplendor, as ações de comunicação se concentraram na ampliação de sua visibilidade pelos meios de comunicação comunitários e na mídia local, produzindo minidocumentários, para fortalecer esta agenda em âmbito local e municipal.

Parceria na promoção da divulgação

A comunicação da Vale, em Minas Gerais, parceria fundamental para o projeto, promoveu a divulgação nas TVs dos trens da EFVM. Além disso, cartazes e folhetos foram oferecidos a partir de janeiro aos passageiros na estação de Resplendor. Carros de som foram articulados pela comunicação institucional da Vale, para percorrer áreas mais distantes e vulneráveis do município.



↑ Vídeo documentário produzido em Resplendor – YouTube



↑ Vídeo produzido para chegada do Projeto em MG – YouTube



Ações de Comunicação e Mobilização Comunitária

- Articuladores divididos em diferentes áreas do município de Resplendor para promover o projeto;



- Distribuição de folhetos e fixação de faixas, *banners* e cartazes com informações de contato em locais estratégicos, como escolas, pontos de ônibus, postos de Saúde, associações de moradores, igrejas e estabelecimentos comunitários;
- Utilização de carros de som para difundir mensagens sobre o projeto nas ruas, centros de atendimento, postos de Saúde e comércios;
- Divulgação por meio de listas de transmissão no *WhatsApp*, redes sociais, parcerias com instituições locais, jornais e rádios comunitárias;
- Veiculação de notícias sobre o projeto na imprensa municipal.

A impressão dos materiais de divulgação contabilizou **14.332 peças**, entre *flyers*, *folders*, cartazes e faixas de rua, distribuídas nos comércios, nas unidades de Saúde, CRAS e CREAS¹², Conselhos Tutelares, escolas e demais organizações da rede de proteção integral à criança e ao adolescente.



Divulgação do projeto em Resplendor

Foto: Thiago Beariz, 2022.

Estima-se que essas peças de comunicação alcançaram **1.312.000 visualizações** em todo o período de trabalho em campo.

A divulgação pelos carros de som totalizou 24 horas, com cerca de 600km percorridos.

¹² Centro de Referência da Assistência Social e Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CRAS e CREAS)

A comunicação em números



130
cartazes e banners



2.500
flyers e folders



10
faixas de rua



18 horas
de carro de som

A divulgação do projeto aumentou sua visibilidade e estimulou a participação comunitária, com os moradores indicando novas famílias. Essa estratégia confirmou a importância dos folhetos com números de telefone, que se mostraram ferramentas indispensáveis para conectar as famílias aos articuladores, principalmente em casos de crianças fora da escola.

Territórios em Rede

Você conhece crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de Resplendor que não estão estudando?

Então envie uma mensagem que o projeto Territórios em Rede pode te ajudar!

WhatsApp: (33) 99946-3716

Siga nosso projeto nas redes sociais:

- Facebook: /projetoterritoriosemrede
- Instagram: @territoriosemrede
- Website: www.territoriosemrede.org.br

Parceiros Institucionais: FUNDAÇÃO VAI! APRENDIZ

Territórios em Rede

Você conhece crianças ou adolescentes de Resplendor que não estão estudando?

Envie uma mensagem que o projeto Territórios em Rede pode te ajudar!

WhatsApp: (33) 99946-3716

Siga nosso projeto nas redes sociais:

- Facebook: /projetoterritoriosemrede
- Instagram: @territoriosemrede
- Website: www.territoriosemrede.org.br

Parceiros Institucionais: FUNDAÇÃO VAI! APRENDIZ



Boletins

- Foram produzidos **36 boletins institucionais**



Google Trends

- **4.771 pesquisas** do termo Territórios em Rede, no Brasil



Whatsapp

- Foram enviadas **59 mensagens** para as famílias da cidade de Resplendor
- A lista de transmissão chegou aos **243 contatos**



Youtube

O canal do Youtube teve:

- **8.772** visualizações
- **93.714** impressões



Facebook

- **354** publicações
- **5.338** stories
- **187.458** pessoas alcançadas



Site

Dados do *Google Analytics*:

- **6,8 mil** usuários
- **6,7 mil** novos usuários
- **66.780** eventos



Instagram

- **351** publicações
- **5.338** stories
- **176.597** pessoas alcançadas



Equipe em mutirão de busca ativa com carro de som.

Foto: Banco de Imagens do Projeto, 2022.

Comunicação em ação

Foram realizadas 24 horas de carro de som, em 4 dias, com cerca de 600 km percorridos para fortalecer a campanha de matrículas do município e realizar a Busca Ativa escolar para identificar crianças e adolescentes fora da escola. Além disso, foram produzidos *cards* específicos para a campanha e distribuídos nas listas de transmissão, que chegaram a 243 famílias.



👉 Vídeo do carro de som



Blitz Informativa no dia 18 de maio

Fonte: banco de imagens do projeto, 2022.

Blitz informativa

Na semana do Dia do Combate ao Abuso e Exploração Sexual (18 de maio), a equipe de Resplendor participou de uma *blitz* informativa, junto com funcionários do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Na ocasião, as articuladoras distribuíram panfletos e orientaram a população sobre as ações de inserção escolar.

Estabelecimento de Parcerias e Participação em Grupos de Trabalho:

Ao entrar no território, o articulador era orientado a se apresentar e conhecer os agentes locais, criando laços entre o projeto e a rede mapeada. Foi por meio dessa articulação que o projeto Territórios em Rede conseguiu reforçar e combater o fenômeno da criança e do adolescente fora da escola, e estruturar uma dinâmica de trabalho que envolvesse sociedade e Poder Público.

Por sua vez, a equipe local procurava articular as instituições parceiras, entre associação de moradores, entidades privadas, instituições religiosas, lideranças comunitárias, organizações não governamentais, órgãos públicos, sociedade civil em geral, entre outros, compreendendo essa colaboração como estruturante para garantir a Educação como um direito básico.

Com base nessa estratégia, importantes avanços foram estabelecidos:

- Reconhecimento dos agentes locais pelos articuladores;
- Criação de laços com a rede e estruturação de uma dinâmica de trabalho conjunto;

- Articulação com diversas instituições e lideranças locais, para identificar casos e acionar serviços;
- Participação em diferentes reuniões nas redes de serviços e eventos locais.

Exemplos de parcerias estabelecidas

A equipe de Resplendor participou da 4ª Conferência Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente cujo tema foi

“A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia da covid-19: violação e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação de garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade.”

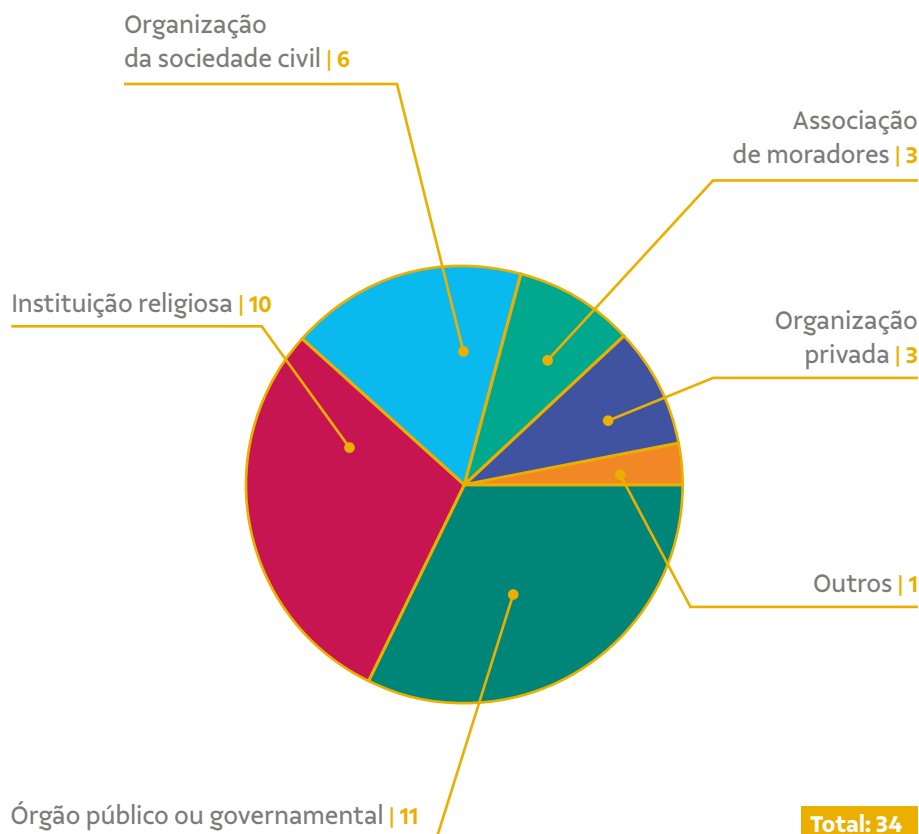


Reunião com os agentes comunitários de Saúde na Unidade de Saúde Dr. Silvio Leal, em Resplendor, para encaminhamentos de casos de evasão escolar. Na parceria firmada, a equipe do Posto distribuiu *folders* do projeto.



Fonte: banco de imagens do projeto, 2021.

Instituições locais mapeadas para a colaboração com o projeto por meio de indicação e/ou acolhimento de casos – Resplendor (MG)



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Ao todo, 34 instituições foram mapeadas para colaborar com o projeto, por meio de indicação e/ou acolhimento de casos.

Entre as 13 escolas municipais de Educação Básica existentes em Resplendor, 12 foram apoiadas pelo Territórios em Rede, ou seja, 92% do total.



Cadastramento de família no Projeto.

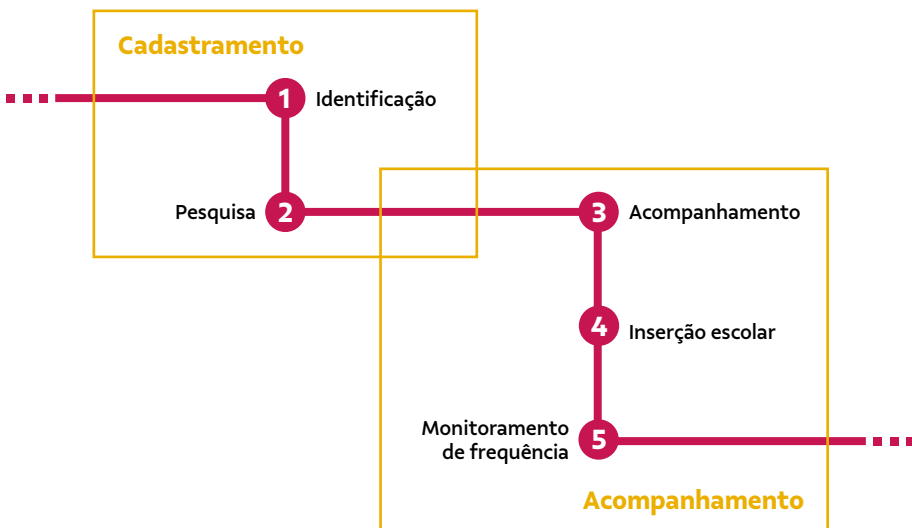
Foto: Thiago Beariz, 2022.

Monitoramento e Avaliação

A equipe responsável pelo Monitoramento e Avaliação tinha a tarefa contínua de organizar, consolidar e produzir informações que servissem ao acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações do Territórios em Rede e da inserção e permanência de crianças e adolescentes na escola.

A figura a seguir ilustra o fluxo de informações sobre os atendimentos realizados.

Etapas de cadastro e acompanhamento



Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

As informações eram originadas de três bases de dados, criadas pelo sistema do Territórios em Rede:

1. Identificação do perfil e demandas das crianças e dos adolescentes assistidos pelo projeto;
2. Relação de instituições e parceiros;
3. Lista de ações realizadas para assegurar o acesso e a permanência de crianças e adolescentes nas escolas.

A plataforma digital, acessível tanto para articuladores quanto para gestores de campo, oferece diversas funcionalidades:

- Análise e correção de informações obtidas em campo, incluindo a identificação de registros duplicados;
- Acompanhamento das metas individuais e coletivas da equipe;
- Extração de dados gerais, resultados por área, e relatórios detalhados sobre o público assistido;
- Registro de iniciativas adicionais que vão além da matrícula nas escolas;
- Mapeamento geográfico das residências de crianças, adolescentes e das instituições parceiras;
- Elaboração de um perfil detalhado de crianças e adolescentes, contendo informações socioeconômicas, educacionais, de saúde e sobre a estrutura familiar.

Monitoramento da Frequência Escolar

Outro trabalho importante realizado pelo projeto, foi a pactuação de um fluxo de monitoramento da frequência escolar, por meio da coleta de informações diretamente com as escolas e de forma sistemática, para todos os casos acompanhados pela equipe.

O fluxo definido em Resplendor foi que, bimestralmente, o projeto enviaria uma planilha para cada escola, que indicaria a situação de frequência de cada

estudante matriculado. Os prazos, alinhados no fechamento dos conselhos de classe, foram pactuados com a Secretaria e, uma vez enviada a planilha, a escola teria até duas semanas para o preenchimento das informações. A parceria com a Secretaria Estadual de Educação, entretanto, não foi estabelecida, impossibilitando o acesso às informações das unidades escolares estaduais.

A seguir, o status da pactuação do fluxo com cada rede escolar de Resplendor (MG):

Município	Rede	Status da pactuação do fluxo	Periodicidade	Responsável pelo preenchimento
Resplendor	Municipal	Estabelecido	Bimestral	Secretaria
Resplendor	Estadual	Não estabelecido	—	—

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.



Visita da equipe local a unidade escolar

Foto: Thiago Beariz, 2022.

Acompanhamentos dos casos

Semanalmente, a gestora local e as articuladoras se reuniam para discutir impressões, casos e desafios, com o objetivo de viabilizar o ingresso na escola de crianças e adolescentes identificados, compartilhando estratégias possíveis para responder aos desafios encontrados.

A equipe monitorava as informações no banco de dados e as atualizações dos cadastros das famílias visitadas, e mantinha uma agenda frequente de reuniões com instituições parceiras, para fortalecer a rede de apoio à permanência dos estudantes em sala de aula.

Outro ponto crucial do monitoramento era a devolutiva que a equipe oferecia às escolas e à rede de proteção social, apoiando a compreensão sobre os motivos da infrequência, da evasão ou do não acesso de cada estudante. Essas devolutivas, muitas vezes, mudavam a percepção dos educadores sobre os casos de exclusão escolar, levando-os a avaliar melhor a realidade das famílias. O que antes figurava como suposta negligência, passou a ser compreendido como um conjunto de situações muito desafiadoras vividas pelas famílias.

Ações complementares

Durante a execução do trabalho de campo, constatou-se a existência de muitas famílias em situação de alta vulnerabilidade socioeconômica. Seja pelo agravamento da pobreza no período pandêmico ou pela fragilidade de algumas políticas públicas, notou-se que a insegurança alimentar, a falta de roupas, calçados e *kits* escolares eram condições presentes em grande parte das crianças e dos adolescentes atendidos pelo projeto. Esse cenário de privação contribuiu, sensivelmente, para o agravamento das condições de acesso e permanência na escola.

Além das demandas materiais apresentadas, a equipe de campo verificou a ausência ou a baixa resposta de políticas públicas com capacidade de superar os desafios apresentados de maneira adequada.

Diante desse cenário, o Territórios em Rede começou a operar, em julho de 2022, o **Apoio Eventual Emergencial**, uma estratégia complementar que tinha como objetivo viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência das famílias. As necessidades, quando identificadas pela equipe durante uma visita domiciliar, não encontravam resposta, no curto prazo, no município, pelas políticas, equipamentos ou serviços da Assistência Social, Saúde, Educação ou, ainda, em organizações locais da sociedade civil.

Apoio Eventual Emergencial

Inicialmente desenvolvido nos municípios de Marabá (PA) e da Serra (ES), onde as equipes do Territórios em Rede começaram a identificar famílias em situação de pobreza extrema para a inserção escolar de crianças e adolescentes, o **Apoio Eventual Emergencial** surge para viabilizar o atendimento de demandas urgentes de subsistência, considerando-se necessidades básicas como alimentação, higiene, vestuário, documentação e materiais escolares.

Tipos de itens oferecidos em caráter emergencial:

Itens avulsos:

- Compra de medicamentos que não sejam de uso contínuo;
- Compra de itens de higiene;
- Material básico escolar que não seja fornecido pelo município, por exemplo, mochila;
- Pagamento de refeições;
- Transporte para acesso a serviços essenciais pontuais.
- Roupas e calçados.
- Recurso para pagamento de taxas para emissão de documentos.

Itens temporários:

- Cestas básicas;
- Botijão de gás;
- Compra de medicamentos de uso contínuo;
- Transporte para acesso a serviços regulares (fisioterapia, fonoaudiologia, reforço escolar, entre outros);
- Contas de consumo, como água, luz e aluguel.

No total, **44 crianças** foram contempladas pelo Apoio Eventual Emergencial, viabilizado pelo Territórios em Rede, em Resplendor.



Os casos identificados foram direcionados aos serviços públicos, visando elaborar um plano de transição para as famílias – o que era feito para atender às demandas sociais específicas, encaminhando-as às áreas apropriadas dentro do Comitê Gestor Intersetorial. As estratégias incluíam:

- Priorizar a reinserção de crianças e adolescentes na escola, um local de desenvolvimento integral e proteção social, como uma ação principal para reduzir a insegurança alimentar entre o público em idade escolar;
- Realizar encaminhamentos para a Assistência Social, para participação em programas relevantes e para a criação/atualização do Cadastro Único. Isso inclui programas como o PAA, Bolsa Família, PAIF, PAEFI, PETI, BPC, Criança Feliz,¹³ entre outros.
- Promover a articulação com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o PPA, que envolve a compra de alimentos da agricultura familiar e a doação a famílias de baixa renda;
- Estabelecer conexões com os comitês do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios, assegurando sua participação no Comitê Gestor Intersetorial – CGI.

13 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; Bolsa Família – Programa Bolsa Família; PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família; PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Integral Especializado à Família e Indivíduos; PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; BPC – Benefício de Prestação Continuada; Criança Feliz – Programa Criança Feliz.

Foto: Thiago Beariz, 2022



Perfil das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar em Resplendor

Entre as contribuições do Territórios em Rede, foi possível traçar um perfil das crianças e dos adolescentes em situação de exclusão escolar alcançadas em Resplendor.

Observações Gerais

- Resplendor atende a um grupo diversificado de crianças, com diferentes idades, gêneros e identidades raciais. Este cenário é caracterizado por desigualdades marcantes em termos de gênero, raça e configurações familiares;
- Desigualdade de gênero em termos de número (mais meninas que meninos), sugere que as meninas localizadas podem estar mais suscetíveis a abandonar a escola, talvez devido a pressões socioeconômicas ou a expectativas sociais diferenciadas com relação à Educação de meninos e meninas;
- A maioria das famílias tem baixa renda e é beneficiária de programas de transferência de renda;
- Mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado do lar e das crianças e adolescentes, em grande parte, de forma solitária;
- Saúde e deficiência são fatores de destaque sobre a condição de exclusão escolar;
- Trabalho infantil e gravidez na adolescência são questões preocupantes, embora em baixa proporção;

Situação da exclusão escolar em Resplendor

(quando cadastrados no Projeto)

Total de 287 crianças e adolescentes

Crianças fora da escola ou em risco de evasão escolar

Em risco de evasão | 87,8%

252 crianças e adolescentes



12,2% | Fora da escola

35 crianças e adolescentes

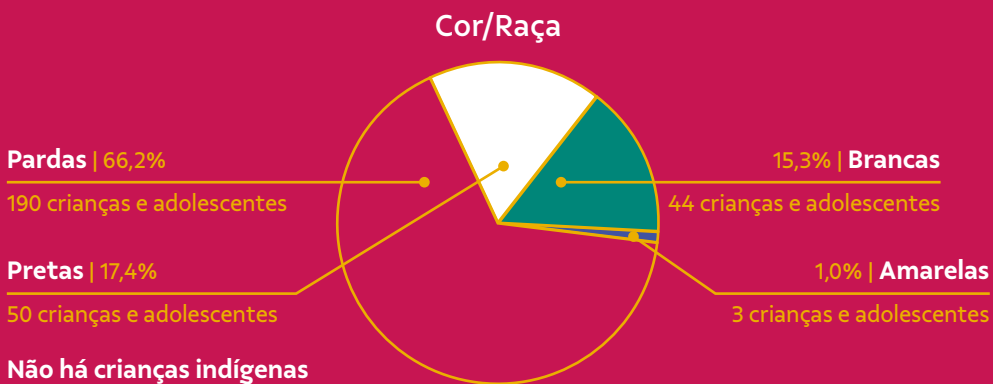
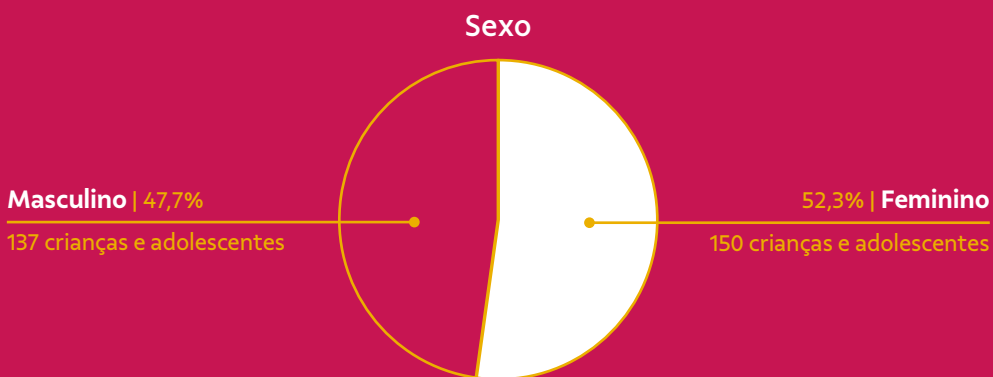
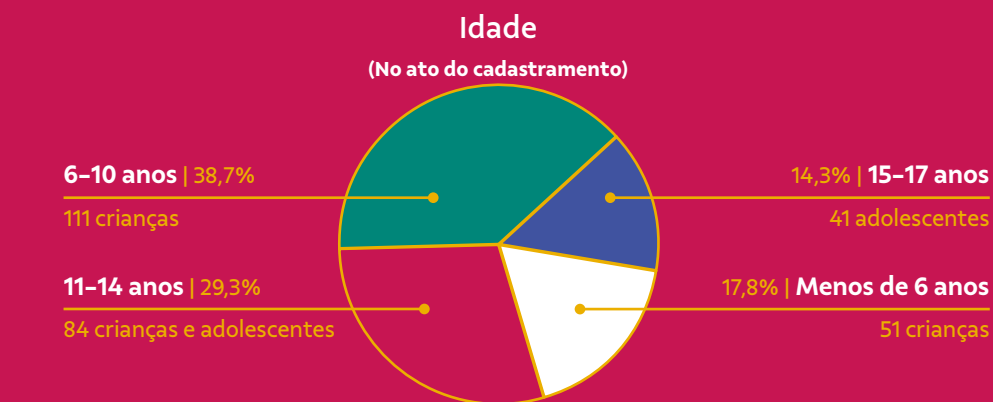


86,8%

não frequentavam Instituição
Educativa complementar à Escola

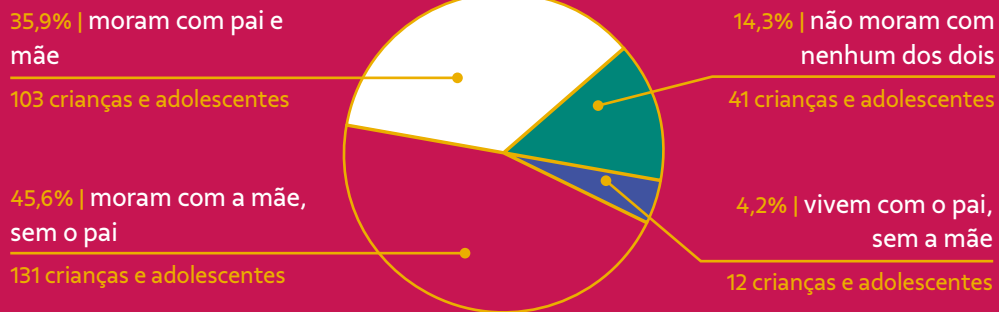
= 249 crianças e adolescentes

Perfil das crianças identificadas pelo Territórios em Rede em Resplendor

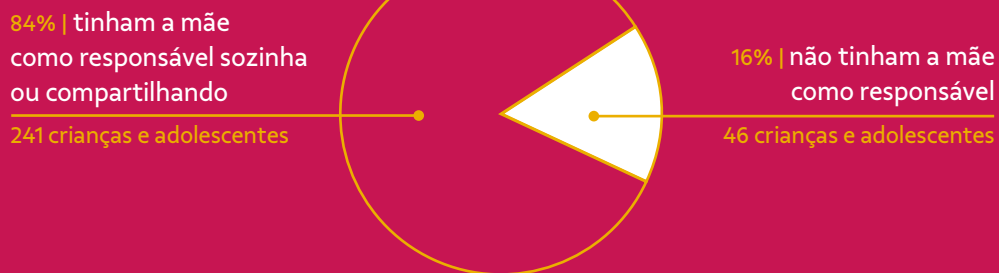


Configuração Familiar

Com quem as crianças e adolescentes residem

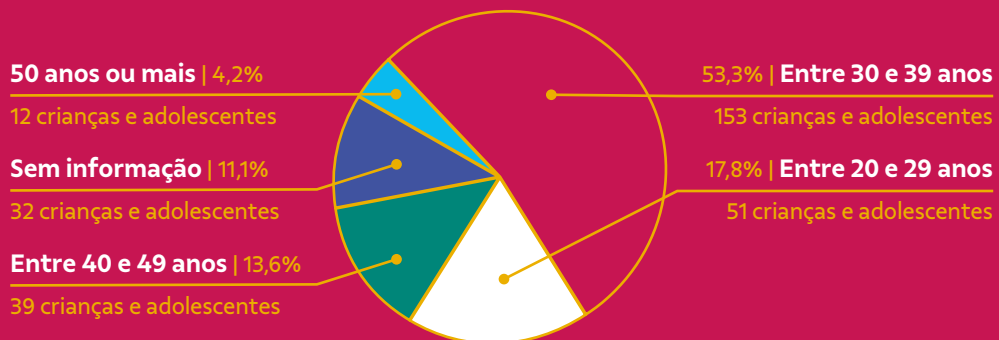


Responsável pelas crianças e adolescentes



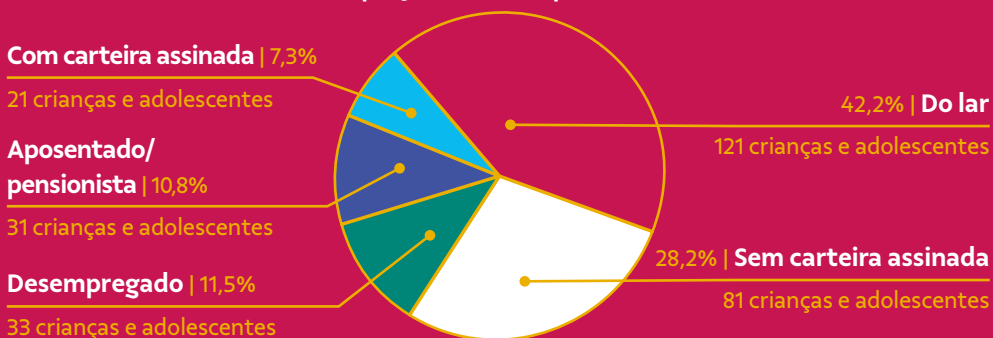
Idade da mãe

(quando da identificação pelo Territórios em Rede)

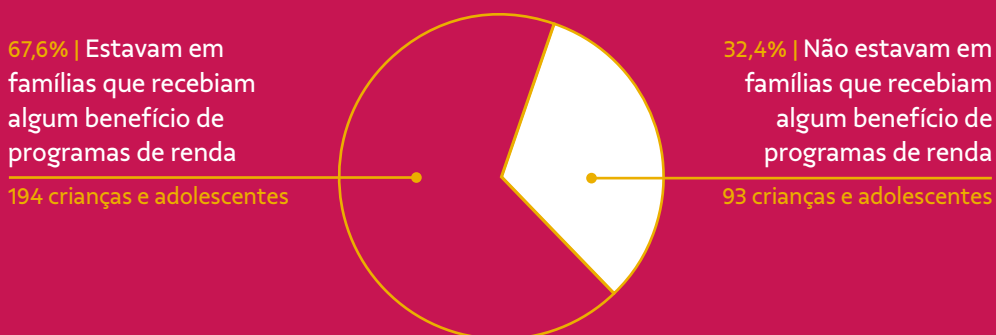


Trabalho e renda

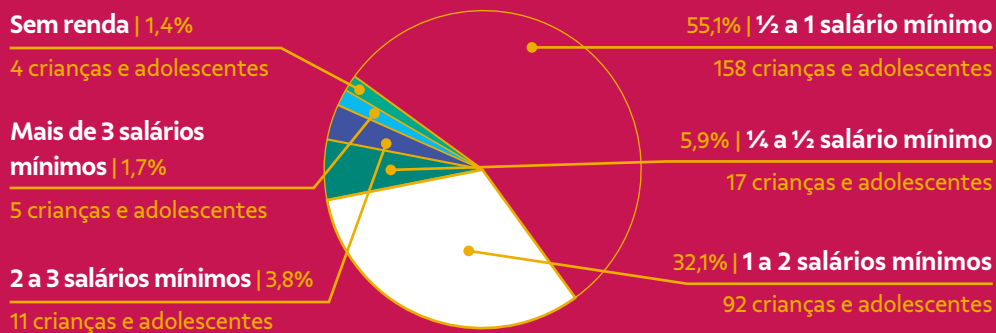
Ocupação dos responsáveis



Beneficiários de programas de renda



Renda familiar



Saúde



8,4%
tinham problemas
de saúde
= 24 crianças e
adolescentes



4,9%
possuem alguma
deficiência, o que pode
representar barreiras
adicionais para sua
inclusão e acesso à
Educação
= 14 crianças e
adolescentes

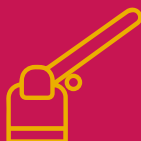


4,3%
das adolescentes
estavam grávidas
= 3 meninas entre
11 a 17 anos

Informações complementares



1,0%
não tinha
Certidão de
Nascimento
= 3 crianças e
adolescentes



5,6%
estavam envolvidas
em trabalho infantil,
o que pode ser um
fator de risco para a
exclusão escolar
= 16 crianças e
adolescentes

Destaques

Desigualdade Racial

- 83,6% das crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar são negras (somando as categorias preta e parda), refletindo desigualdades raciais profundas na comunidade. Esta proporção sugere que as crianças negras enfrentam barreiras específicas no acesso à Educação, possivelmente ligadas a questões econômicas, discriminação racial e falta de representatividade.

Desigualdade Social e Econômica

- Uma grande proporção de crianças e adolescentes (45,6%) vive com suas mães, sem a presença do pai no domicílio;
- 84% das crianças e adolescentes têm a mãe como responsável principal ou compartilhando, enfrentando desafios econômicos e emocionais, especialmente em contextos monoparentais, com a difícil tarefa de equilibrar sobrevivência, geração de renda e cuidados com os filhos;
- Há, entre as famílias, um percentual significativo de responsáveis “do lar” e desempregadas (42,2% e 11,5%, respectivamente, têm a pessoa responsável nessas situações), o que indica uma baixa participação no mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, maior vulnerabilidade econômica.

Os dados fornecem uma visão detalhada da situação de exclusão escolar e das condições de vida de crianças e adolescentes no município, ressaltando áreas críticas que necessitam de atenção e intervenção.

O perfil da exclusão escolar em Resplendor (MG) reflete desigualdades mais amplas observadas no Brasil, relacionadas à raça, ao gênero e à classe. As desigualdades interseccionais criam barreiras adicionais que precisam ser superadas para garantir o acesso equitativo à Educação. A sobrecarga enfrentada pelas mulheres, especialmente em contextos de baixa renda e minorias raciais, destaca a necessidade de políticas públicas que considerem as desigualdades de gênero, raciais e socioeconômicas de maneira integrada.

Urgência das questões raciais

A desigualdade racial no Brasil é profundamente enraizada e sistêmica, persistindo devido à insuficiência de políticas públicas voltadas para combatê-la. Segundo dados do IBGE (2018)¹⁴, embora os indivíduos pretos e pardos constituam 56% da população brasileira, eles representam 71% daqueles que vivem abaixo da linha de pobreza. Em contraste, os brancos compõem 27% deste grupo. A situação torna-se ainda mais agravante quando analisamos a extrema pobreza: 73% são negros, enquanto apenas 25% são brancos. Para construirmos uma sociedade mais justa, é essencial entender como cada segmento socioeconômico contribui para perpetuar o racismo, a fim de desenvolver abordagens eficazes para superá-lo.

No âmbito educacional, essa disparidade é flagrante. Lutar contra ela é fundamental para promover qualquer transformação significativa. Apenas com uma abordagem comprometida com uma Educação das Relações Étnico-Raciais e o enfrentamento do racismo podemos aspirar a uma sociedade mais equitativa.

Esta análise reforça a urgência de políticas públicas voltadas em mitigar as desigualdades raciais que se antepõem à efetivação do Direito à Educação, considerando acesso, permanência escolar e aprendizagem, por meio de uma abordagem antirracista, que contempla da esfera pedagógica à gestão escolar.

O compromisso com a política antirracista precisa, ainda, estar presente em todas as áreas de atuação do Estado Democrático de Direito, em especial, nas políticas sociais direcionadas à população negra.

14 Fonte: **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 2022. [on-line]. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

Política Nacional de Cuidados

Em outubro de 2023, o Brasil publicou o documento “Marco Conceitual para a formulação da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados”¹⁵. – produzido por um Grupo de Trabalho Interministerial – coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social e das Mulheres, e com mais de 20 pastas envolvidas, além de IBGE, Ipea e Fiocruz. O documento pretende conceituar o tema, reconhecendo a distribuição desigual do cuidado na sociedade brasileira. Compreendido como um direito, o cuidado pode ser ofertado e demandado por toda e qualquer pessoa ao longo da vida, mas em especial crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Entretanto, devido às desigualdades estruturais de gênero, recai sobre as mulheres, principalmente negras, este tipo de trabalho. Avanços na estruturação de serviços e políticas de Estado que reflitam a economia de cuidados, ou seja, que reconheçam e valorizem aquilo que é necessário para a manutenção da vida no seu cotidiano, podem representar mudanças importantes na reflexão sobre as condições necessárias para o acesso e a permanência de crianças e adolescentes nas escolas.

¹⁵ Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados: disponível em <https://www.gov.br/participamais-brasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>

Foto: Thiago Beariz, 2022



Cenários da exclusão escolar

Para melhor compreender a situação de exclusão escolar de crianças e/ou adolescentes, e suas famílias, eram buscadas informações sobre os motivos pelos quais não tinham sido matriculados, haviam evadido ou abandonado os estudos, ou estavam infrequentes na escola.

Com base nas informações fornecidas pelas famílias localizadas pelo projeto, a equipe de sistematização do Territórios em Rede categorizou os dados em dois aspectos: (1) fatores internos à rede pública de ensino e (2) fatores externos à rede pública de ensino, congregando outras questões, além da atribuição da escola, que impedissem o Direito à Educação.

Motivos da exclusão escolar:¹⁶

Resumo

Dentre os motivos mais observados para a exclusão escolar no município, estavam:

- Família em situação de pobreza (falta de renda / recursos);
- Desinteresse da criança e/ou adolescente pelos estudos / escolarização;
- Crianças e adolescentes com problemas de Saúde ou deficiência;
- Violências físicas, territoriais ou discriminação.



Fatores Internos à Educação

- **Qualidade do Ensino e do Espaço Escolar:** Em Resplendor, 29,3% das crianças ou adolescentes cadastrados no Territórios em Rede estão em famílias que mencionaram o ambiente da escola inadequado e a falta de vagas como razão principal para a exclusão escolar, o que sugere que a qualidade do ensino e a infraestrutura educacional necessitam de melhorias para reduzir as taxas de evasão no município.



Fatores Externos à Educação

- **Condições socioeconômicas:** 46,3% das crianças ou adolescentes cadastrados no Territórios em Rede em Resplendor estão em famílias que citaram falta de renda, situação de pobreza, vulnerabilidade social ou questões familiares como motivo principal para a exclusão escolar. Este alto percentual reflete as desigualdades socioeconômicas profundas na região, onde famílias enfrentam dificuldades financeiras que afetam diretamente o acesso à Educação.
- **Problemas de Saúde:** 12,9% das crianças ou adolescentes cadastrados no Territórios em Rede em Resplendor estão em famílias que relataram problemas de saúde da criança/adolescente ou de membros da família como uma barreira ao acesso à escola – o que indica a necessidade de melhor integração entre os serviços de Saúde e Educação neste aspecto. Além disso, 4,9% das crianças/adolescentes tinham alguma deficiência, condição que requer atenção especial, incluindo acesso à Educação inclusiva e adaptada. E 4,3% das meninas/adolescentes de 11 a 17 anos tinham a gravidez como motivo principal para a exclusão escolar, fato considerado uma gravíssima violação, riscos à saúde e aumento da vulnerabilidade econômica e social.



- **Violência e Discriminação:** Embora representem uma pequena porcentagem (1,4% das crianças/adolescentes), casos de violência e discriminação em Resplendor são preocupantes e podem criar ambientes hostis que desencorajam a permanência na escola, destacando a necessidade de políticas de segurança e inclusão no município.

Os dados de Resplendor revelam a interconexão de fatores internos e externos da exclusão escolar. Enquanto problemas socioeconômicos e de saúde representam desafios significativos à rede de proteção social, aspectos relacionados à gestão educacional, qualidade do ensino e infraestrutura escolar também são fundamentais. Assim, uma abordagem intersetorial, que considere tanto o contexto socioeconômico quanto a qualidade da Educação, é fundamental para enfrentar, efetivamente, a exclusão escolar em Resplendor.



“O fracasso do projeto escolar assume crescente importância na formação social do sujeito, comprometendo o exercício de sua cidadania e, no limite, sua própria integridade física e intelectual.”

Marcelo Burgos, professor e pesquisador

da PUC-Rio¹⁷

17 BURGOS, M et al. Infrequência e Evasão Escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. In: **Desigualdade & Diversidade** – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro/RJ, n. 15, jul/dez, pp. 71-105, 2014.



Visita domiciliar a família atendida no projeto

Foto: Thiago Beariz, 2022.

Casos ilustrativos

Articulação com a Saúde

Caso 1

Uma mulher grávida de seu 10º filho, enfrentava sérios problemas de saúde, devido a partos anteriores e à saúde mental comprometida, expressando o desejo de não ter mais filhos. Infelizmente, ela não teve acesso aos serviços de Saúde reprodutiva do SUS, e seu marido recusou-se a fazer vasectomia. Os impactos psicológicos levaram-na a episódios frequentes de ausência, deixando as crianças sob cuidados do parceiro violento ou da avó idosa. Todas as crianças estavam fora da escola. Após intervenção da equipe e parcerias com a Secretaria de Saúde, foram feitas várias ações de suporte à família, incluindo tratamento de saúde mental para a mulher, matrícula e fornecimento de materiais escolares para as crianças, e a realização da vasectomia pelo parceiro.

O caso narrado ilustra como a exclusão social articula-se à exclusão escolar. Os fatores críticos incluem a falta de acesso a serviços de saúde reprodutiva, de saúde mental, violência doméstica e responsabilidades excessivas de cuidado, devido à idade avançada de um dos cuidadores. Tais desafios criam um contexto doméstico vulnerável socialmente, afetando as condições de acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola. A falta de suporte à saúde mental e reprodutiva da mãe ilustra a multiplicidade de fatores que contribuem para a evasão escolar, refletindo como problemas familiares multifacetados decorrentes de desigualdades estruturais mais amplas podem impactar o acesso à Educação. Por outro lado, este caso reflete, também, a importância da

articulação entre as políticas de Educação e Saúde, além do planejamento familiar garantido pelo SUS, e as políticas de saúde da mulher podem ser de grande ajuda para diminuir a situação de vulnerabilidade de determinadas famílias.

Articulação com a Educação

Caso 2

Uma família enfrentava a situação de extrema pobreza e dificuldades com transporte escolar para suas três crianças/adolescentes. A estrada até a casa era ruim, e uma ponte, frequentemente danificada pelas chuvas, dificultava o acesso ao ponto de ônibus. A equipe do projeto, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, conseguiu alterar a rota do ônibus escolar, para que ele passasse a circular na porta da casa da família. Essa mudança foi decisiva para que as crianças ou os adolescentes tivessem a frequência escolar regular.

Caso 3

Seis crianças de uma mesma família não frequentavam a escola devido à falta de uniformes escolares. O projeto realizou uma campanha para adquirir uniformes usados, começando em uma escola e depois se expandindo para outras. Diretores escolares apoiaram a iniciativa, que se tornou um processo contínuo, com uniformes doados sendo repassados às escolas e, posteriormente, aos estudantes necessitados.

Caso 4

Dois adolescentes estavam afastados do sistema escolar, apresentando uma grande defasagem entre idade e série. A família, vivendo em situação de vulnerabilidade social e mudando-se frequentemente de residência, enfrentava desafios adicionais. O adolescente de 16 anos, cujo último registro escolar era em Aimorés, teve seus documentos escolares recuperados por meio de uma articulação com a Secretaria Municipal de Educação de Aimorés, possibilitando a matrícula na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A articuladora do projeto observou seu grande entusiasmo, antecipando a conclusão do Ensino Médio para o meio do ano de 2025. Sua irmã, de 7 anos, também com defasagem

escolar, foi inserida na escola e, atualmente, frequenta de forma regular o sistema, após realizar uma prova para reclassificação.

Nesses três casos, a exclusão escolar foi causada por questões sociais, uma realidade enfrentada por muitas crianças pobres, negras e periféricas no Brasil, destacando a importância da articulação do Territórios em Rede com as escolas locais a fim de superar barreiras sistêmicas no acesso à Educação, como falta de transporte, material escolar, uniformes e condições de vida inadequadas. O Caso 3 relata uma iniciativa isolada que se ampliou na rede de ensino. Quando as redes formais e informais trabalham em conjunto, as estratégias se tornam mais abrangentes e efetivas, abordando tanto fatores estruturais quanto conjunturais da exclusão. A colaboração permite identificar e solucionar problemas específicos, como a falta de uniformes, e criar soluções sustentáveis que considerem as necessidades locais. No Caso 4, a necessidade de intervenção intermunicipal para superar defasagens educacionais e barreiras burocráticas mostra que muitas questões transcendem circunstâncias individuais, revelando padrões sistêmicos que impactam a Educação em comunidades vulneráveis. Por isso, a articulação e o diálogo constante são essenciais para garantir que crianças e adolescentes tenham acesso equitativo à Educação.

Articulação Intersetorial com Assistência Social e Educação

Caso 5

Um menino de 6 anos vivia num distrito distante. Estava fora da escola, porque tinha problemas emocionais e medo de crianças mais velhas. Com a articulação do TR, foi providenciada uma psicóloga na rede de proteção e o retorno ao vínculo escolar. Uma estratégia criativa foi adotada pela professora, que organizou um piquenique na casa do menino, com sua classe, ajudando-o a superar o medo e a gostar do ambiente escolar, tornando-se frequente e interessado nos estudos.

Este caso se destaca pela importância de intervenções inclusivas na Educação em articulação com a Assistência Social, quando a escola permitiu criar uma estratégia direcionada às necessidades específicas da criança. A iniciativa da professora de organizar um piquenique na casa do menino o ajudou a superar o medo da escola e a melhorar sua frequência e engajamento. Este caso ilustra

como abordagens inclusivas e articuladas podem, efetivamente, auxiliar crianças e adolescentes no retorno e na permanência na escola.

Intersectorialidade

Os casos narrados, de forma breve, revelam a importância da lógica intersectorial orientando as ações da equipe do Territórios em Rede, em Resplendor.

Ao trabalhar em conjunto com diversos setores das políticas sociais e atores institucionais, o projeto visa abordar as múltiplas causas da exclusão escolar e fornecer soluções imediatas e/ou abrangentes que criam condições para que as crianças, os adolescentes e suas famílias acessassem direitos. O projeto, então, atuou como uma ponte entre as famílias e os serviços essenciais. A equipe realizou articulações com Órgãos (CRAS, CREAS e CT)¹⁸, escolas ou unidades de Saúde, incluindo visitas domiciliares, distribuição de cestas básicas e, até mesmo, agendamento e acompanhamento de consultas médicas.

Além de atuar, diretamente, para mediar a necessidade de oferta de vagas escolares na rede de ensino, o projeto trouxe novas rotinas e reflexões para os profissionais da Educação, desde o nível da gestão educacional, passando pela gestão escolar, até a atuação pedagógica. Ao lançar luz sobre a questão da exclusão escolar no município, a rede municipal de Educação começa a se reorganizar, pós-pandemia, para produzir as informações necessárias à Busca Ativa escolar, incentivando o monitoramento periódico da frequência escolar, o mapeamento dos casos de abandono e a solução de entraves de matrícula, dentre os quais aceitar a matrícula em qualquer momento do ano letivo e articular documentações pendentes com a rede de proteção, sem impedimentos para se restabelecer o vínculo escolar.

Durante seu percurso em Resplendor, o Territórios em Rede ajudou a orientar e a definir critérios para a Busca Ativa escolar no município, tendo em vista as dificuldades de acesso à escolarização de crianças e adolescentes mais vulnerabilizados naquele período.

18 CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social; CT – Conselho Tutelar.



Foto: Thiago Beariz, 2022

Resultados e impactos

Com uma meta inicial de 250 identificações, o número alcançado em Resplendor evidencia o grande desafio do combate à exclusão escolar enfrentado na região. Ao mesmo tempo, o projeto demonstrou sua capacidade de incidir, diretamente, no território: entre os identificados, 278 voltaram para a escola ou permaneceram nela, uma taxa de sucesso de 111%.

- 35 crianças ou adolescentes estavam fora da escola e 26 foram matriculados (74,3%).
- 252 crianças ou adolescentes estavam em risco de evasão e todos foram reinseridos (100%).

	Identificadas	Inseridas	Meta	Alcance da meta
Resplendor	287	278	250	111%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Métodos de identificação

No Territórios em Rede de Resplendor, a Busca Ativa escolar foi a principal forma de localização das crianças e adolescentes fora da escola, representando 33,1%. Em seguida, o processo de produção e de validação das listas produzidas pela rede de ensino, que incluíam dados de unidades escolares ou da Secretaria de Educação sobre abandono e infrequência, representaram 27,2%.

O desdobramento das listas, ou seja, indicações de alguém já listado, compreendeu 13,9% dos cadastros.

Por outro lado, 6,6% das identificações foram fruto de demanda espontânea, quando o projeto foi procurado espontaneamente pela família e/ou mobilização comunitária. As indicações diretas da rede articulada também desempenharam importante papel, com equipamentos públicos da Assistência Social, como CRAS, CREAS e Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), contribuindo com 9,4%; Unidades de Saúde, 0,3%; e o Conselho Tutelar com 4,5% das indicações.


Estratégias de identificação	Crianças e adolescentes identificados	%
Indicação da escola (fora da lista)	1	0,3%
Indicação de equipamento público de Saúde (UBS, UPA, CAPS) ¹⁹ ou de agente comunitário de Saúde	1	0,3%
Indicação de organização da sociedade civil, instituição religiosa, comércio	6	2,1%
Indicação de vizinho ou terceiros	7	2,4%
Indicação do Conselho Tutelar	13	4,5%
Demanda espontânea: projeto procurado pela família ou respondente	19	6,6%
Indicação de equipamento público da Assistência (CRAS, CREAS, SEAS)	27	9,4%
Listas oficiais da Educação – desdobramento (indicação de alguém da lista)	40	13,9%
Listas oficiais de unidade escolar ou de Secretarias de Educação (abandono, infrequência, distorção idade-série)	78	27,2%
Busca Ativa: abordagem ativa	95	31,1%
Total	287	100%

Fonte: Sistema de Monitoramento do projeto, 2024.

Além disso, o Territórios em Rede desempenhou papel crucial ao articular demandas do território com a gestão pública. A atuação da equipe buscou promover a integração da rede de proteção e do Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes.

Ao apresentar para a Secretaria de Educação, sistematicamente, os motivos da exclusão escolar identificados, por escola, por bairro, por etapa de ensino e o perfil socioeconômico de crianças, adolescentes e suas famílias, foi possível contribuir para o planejamento das redes, sua autoavaliação, além de proporcionar insumos para a reformulação de projetos políticos pedagógicos, orientados ao acolhimento dos estudantes vulnerabilizados socialmente, para a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar. Trata-se, contudo, de um processo lento, que teve como aposta o caminho da formalização de uma política pública intersetorial que pudesse dar a estas ações um caráter perene e efetivo.

Para alcançar esses resultados, foram realizadas **2.664 ações de acompanhamento** da criança, adolescente e da família, com a finalidade de verificar a situação escolar, fornecer orientações ou encaminhá-las para instituições públicas ou da sociedade civil. Esses atendimentos ocorreram por meio de **1.739 visitas domiciliares** e **1.413 contatos remotos**, além de consultas junto às escolas e Secretaria de Educação. Nessas ações, foram promovidos **130 encaminhamentos** para diferentes instituições:

- 
- **43** foram para o Conselho Tutelar;
 - **36** para equipamentos da Assistência Social;
 - **25** para unidades da Educação;
 - **24** para unidades de Saúde e
 - **2** para entidades religiosas que oferecem atividades recreativas ou de assistência.



Articulação com o CRAS de Resplendor

Foto: Thiago Beariz, 2022.

Para registrar os frutos do projeto, foi desenvolvido um Canal do YouTube que congrega um acervo de vídeos que podem servir como referência para o município e outras localidades brasileiras interessadas em implementar ações de Busca Ativa escolar: <https://www.youtube.com/@territoriosemrede9479>



↳ Acervo de material e vídeos/documentários publicados no Canal Youtube do projeto

Incidência política

O Territórios em Rede apoia a consolidação de políticas públicas intersetoriais de prevenção e combate à exclusão escolar, formalmente reconhecidas pelo município. Além disso, visa capacitar os agentes públicos envolvidos para a efetiva implementação dessas políticas.

Há uma série de ações realizadas, em diferentes etapas e conforme a disponibilidade dos municípios em prosseguir com as orientações fornecidas, de modo que a experiência em cada município seja única e progressiva.

A implementação da metodologia, por meio de suas ações diretas no território para a inserção escolar de crianças e adolescentes, tem início a partir do estabelecimento de rotinas, fluxos, produção de informações e ações intersetoriais e de mobilização, orientadas ao atendimento dos casos identificados.

Paralelamente, se estabelecem espaços específicos de gestão das práticas instauradas, como o Comitê Gestor Intersetorial, mas outros fóruns são criados ou fortalecidos em nível local, reunindo equipamentos públicos e sociedade civil, em torno da agenda de enfrentamento da exclusão escolar. Neste sentido, incentiva-se que os espaços constituídos permaneçam ativos, inclusive por meio de sua institucionalização.

Além disso, ações formativas são conduzidas com a finalidade de capacitar agentes públicos na atuação da Busca Ativa escolar e demais estratégias necessárias à implementação de uma **política pública permanente**. É importante destacar que as ações realizadas são construídas de forma dialógica com os representantes municipais, com especial adesão das pastas de Educação, Assistência Social e Saúde.

Ações de incidência para a política pública



Em Resplendor, o trabalho de incidência política começou desde o início, estabelecendo uma rotina de articulação e acompanhamento com as Secretarias locais. Inicialmente, foram realizadas reuniões setoriais para definir fluxos de identificação de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, a partir de práticas já adotadas em seus respectivos programas. Com base nas potencialidades identificadas, iniciou-se uma dinâmica contínua de mediação entre as diferentes áreas da administração pública, visando promover uma ação interssetorial coesa.

Assim o **Comitê Gestor Intersetorial** (CGI) estabeleceu uma dinâmica de reuniões interdisciplinares mensais, com o objetivo de compreender o fenômeno da exclusão escolar em Resplendor, envolvendo a análise de casos reais atendidos, as características da população identificada nesta situação e os desafios enfrentados pela rede de proteção.

Durante todo o percurso do projeto Territórios em Rede no município, o **Comitê Gestor Intersetorial realizou 22 reuniões**, voltadas para as estratégias de combate à exclusão escolar.

No município, as seguintes Secretarias e instâncias públicas participaram do fórum:

- Secretaria Municipal de Educação (auxiliares de secretaria das escolas municipais e coordenação);
- Secretaria Municipal de Saúde (agentes comunitários de Saúde – ACS, representantes da Secretaria, coordenador da Atenção Primária);
- Secretaria Municipal de Assistência Social (coordenadora do CRAS);
- Conselho Tutelar.



Foto: banco de imagens do projeto, 2023.

Formalização do Comitê Gestor Intersetorial

Em Resplendor, o Comitê Gestor Intersetorial foi instaurado por meio de Decreto Municipal, fazendo com que a metodologia do projeto de articulação intersetorial se transformasse em política pública.

Teve destaque, ainda, a parceria com a estratégia **Busca Ativa Escolar**, uma iniciativa do Unicef e da Undime,²⁰ para municiar as gestões municipais com ferramentas e metodologias de enfrentamento da exclusão escolar, como um caminho para promover a estruturação de uma política pública. Por meio de formações destinadas à utilização da plataforma *on-line*, disponibilizada aos municípios, ocorre a apropriação metodológica das ações de Busca Ativa e o desenvolvimento do trabalho intersetorial. Deste modo, o projeto estabeleceu, com a Prefeitura de Resplendor, um processo de trabalho que vai desde o incentivo à adesão do município até ações de assessoria para a aprendizagem sobre seu funcionamento e operação: orientação para a organização dos fluxos intersetoriais, formulação de plano de trabalho, capacitação de equipes (orientadores pedagógicos, agentes comunitários de Saúde, assistentes sociais, conselheiros tutelares, entre outros) e estímulo à autonomia para a condução do Comitê Gestor Intersetorial.



Foto: Thiago Beariz, 2022.

²⁰ Unicef: Fundo das Nações Unidas para a Infância; Undime: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Busca Ativa Escolar (Unicef/Undime)

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizadas, gratuitamente, para estados e municípios. Ela foi desenvolvida pelo Unicef, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

A intenção é apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Por meio da Busca Ativa Escolar, municípios e estados têm dados concretos que possibilitam planejar, desenvolver e implementar políticas públicas que contribuam para a garantia de direitos de meninas e meninos.

A Busca Ativa Escolar reúne representantes de diferentes áreas – Educação, Saúde, Assistência Social, Planejamento, etc., fortalecendo a rede de proteção. Cada Secretaria e seus profissionais têm um papel específico, que vai desde a identificação de uma criança ou um adolescente fora da escola, ou em risco de abandono, até a tomada das providências necessárias para seu atendimento nos diversos serviços públicos, sua (re)matrícula e sua permanência na instituição de ensino.

Todo o processo é acompanhado por ferramenta tecnológica, que funciona como um grande banco de dados que facilita a comunicação entre as áreas, armazena dados importantes sobre cada caso acompanhado e apoia na gestão das informações acerca da situação da criança e do adolescente no município e/ou estado. A ferramenta pode ser acessada em qualquer dispositivo, como computadores de mesa, computadores portáteis, *tablets*, celulares (SMS) ou celulares (*smartphones*). Há também formulários impressos, para facilitar o uso dos profissionais que não têm acesso a dispositivos móveis.

Fonte: <https://buscaativaescolar.org.br/>

Como desafios do grupo e do próprio processo de trabalho, entende-se: dificuldade em estabelecer uma cultura (práxis) intersetorial; resistência de alguns agentes públicos a uma nova agenda de trabalho; dificuldade na definição de representantes fixos, ocasionando instabilidade e rotatividade de participantes; conflitos internos à gestão pública sobre o escopo de atuação exigido de cada pasta e programa; pouca capacidade resolutiva dos participantes; e incertezas relacionadas à sustentabilidade da iniciativa.

Como avanços, porém, podem ser ressaltados:



- Adesão à Busca Ativa Escolar, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e acompanhamento para sua implementação;
- Realização de Comitês formativos ampliados com temáticas sobre o Sistema de Garantia de Direitos;
- Realização de estudos de caso, proporcionado atendimento integral pela rede às famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Realização de alinhamento para visitas domiciliares junto com a rede, para atendimento aos casos mais vulneráveis;
- Análise conjunta dos dados diagnósticos sobre indicadores educacionais e sociais do município;
- Formalização do Comitê Gestor Intersetorial por Decreto Municipal, fazendo com que a metodologia se torne uma política pública em Resplendor;
- Incidência na ampliação da oferta de vagas escolares em bairros específicos, contribuindo com o planejamento do Poder Público para a abertura de novas turmas e escolas.

Além do trabalho intersetorial no nível da gestão municipal, o Territórios em Rede desenvolveu grupos de trabalho locais, incluindo participantes da rede de proteção social de equipamentos públicos localizados nos bairros, com atendimento direto à população, como as escolas, os CRAS, as UBS, os Conselhos Tutelares, além de representantes da sociedade civil. A experiência teve início ao final do trabalho de campo da equipe de articuladores locais, com o objetivo de manter a articulação necessária para a continuidade dos atendimentos aos casos de crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar pelos agentes públicos locais.

Foto: Thiago Beariz, 2022



Considerações e aprendizagens



“Qualquer país que se digna a proteger e garantir direitos, precisa de uma Educação que seja para todas as pessoas e que, no caso do Brasil, supere a histórica negligência ao Direito à Educação.”

Natacha Costa, diretora da Cidade Escola Aprendiz²¹

Para garantir a sustentabilidade das conquistas do projeto Territórios em Rede e disseminar a metodologia e as aprendizagens obtidas, foi sistematizado um conjunto de considerações e recomendações.



Equipe na Busca Ativa escolar

Foto: Thiago Beariz, 2022.

²¹ Disponível em <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-integral-qual-o-sentido-de-mais-tempo-na-escola>

Quanto ao fluxo e monitoramento das informações

- Criação de um sistema integrado das políticas sociais, com incentivo à utilização do CPF como código único de identificação;
- Alimentação permanente do sistema integrado com informações atualizadas sobre crianças, adolescentes e famílias, e os atendimentos prestados (incentivo à atualização regular dos dados nas escolas);
- Definição de um fluxo permanente sobre estudantes infrequentes, com incentivo ao controle diário da frequência escolar;
- Melhoria do aproveitamento da ficha de matrícula dos estudantes para ampliação do conhecimento sobre o perfil discente como insumo para a gestão escolar e o projeto político pedagógico;
- Não exigência de declaração escolar anterior no ato da matrícula, uma vez que o histórico da criança ou do adolescente permanece no sistema de gestão acadêmica (para os casos de estudante que já passou pela rede) e, muitas vezes, se tornava um impeditivo para a matrícula;
- Parceria com os Órgãos públicos e o estabelecimento de um fluxo firmado entre as entidades, a fim de regulamentar os procedimentos de troca de informações, com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Quanto ao acesso à escola

- A mediação da equipe do projeto entre a demanda das famílias e a oferta de vagas na rede municipal revelou que as vagas oferecidas nem sempre atendem às necessidades das famílias, seja pela distância ou dificuldades de transporte, pelo horário ou disponibilidade de vagas para irmãos na mesma escola, por questões específicas relacionadas aos estudantes com deficiência e à saúde ou, ainda, por problemas

relacionados às fronteiras físicas e simbólicas que impedem o trânsito entre localidades próximas;

- O retorno do ensino presencial indicou a necessidade de ampliação de recursos financeiros e humanos a fim de reverter os déficits de escolarização dos estudantes, a perda de matrículas e o aumento do abandono escolar. Soma-se a essas demandas, o contínuo investimento em formação continuada e o acompanhamento dos profissionais da Educação no desenvolvimento de estratégias pedagógicas capazes de superar desafios ligados às aprendizagens;
- Ampliação e qualificação da divulgação de informações sobre a matrícula, com maior capilaridade nos territórios mais vulneráveis e com a garantia de profissionais capacitados para o acompanhamento e a orientação adequados às famílias. É fundamental que as informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios, para que toda a rede de proteção se responsabilize em orientar devidamente os envolvidos;
- Implantação de protocolo interno da Secretaria de Educação quanto ao atendimento legal para casos de crianças sem documentação (certidão de nascimento, comprovante de escolaridade, etc.);
- Ampliação da oferta do transporte escolar e do transporte público sem custo para estudantes e para os responsáveis que os acompanham no trajeto até a escola;
- Definição de estratégias para situações que dificultam o acesso à escola: unidades escolares distantes da residência ou instaladas em áreas de risco; exclusão de “estudantes-problema” (comumente considerados de natureza comportamental, indisciplina e/ou baixo aproveitamento nos estudos); em situação de medida socioeducativa; inexistência de vagas para irmãos na mesma escola, entre outros.

Quanto ao trabalho das escolas

- Construção e/ou revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP), incluindo formas de prevenção da exclusão de estudantes em situação de infrequência e a adoção de uma perspectiva inclusiva e equitativa;
- Adoção de uma perspectiva antirracista, de enfrentamento às desigualdades de gênero e da defesa de uma Educação laica em todas as esferas da gestão educacional, gestão escolar e atuação pedagógica;
- Criação de estratégias específicas para a garantia das condições de aprendizagem para estudantes em risco de exclusão, no que diz respeito à promoção e à permanência na escola;
- Compromisso da escola com abandono “zero”;
- Estímulo à organização dos estudantes e ao protagonismo juvenil, para combater a exclusão, e promover melhorias no ambiente escolar e nas relações interpessoais;
- Formação continuada dos profissionais da Educação e desenvolvimento de práticas pedagógicas e de gestão, que efetivem uma aprendizagem equitativa, considerando as desigualdades raciais, de gênero, em relação a pessoas com deficiência e territoriais;
- Formação continuada para professores, preparando-os para atender às diversas necessidades dos estudantes e para o ensino em um ambiente pós-pandêmico;
- Ampliação da oferta educativa, com diversificação de tempos, espaços e linguagens, incluindo artes, esportes e atividades extracurriculares, a fim de promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Quanto ao trabalho da rede de proteção social junto às famílias e escolas

- Ampliação de programas de transferência de renda para famílias em situação de pobreza, assegurando que as necessidades econômicas não levem os adolescentes ao trabalho desprotegido e permitindo que se concentrem, exclusivamente, em sua Educação;
- Investimento em serviços de saúde mental e bem-estar nas escolas e unidades de Saúde, para apoiar o desenvolvimento emocional e psicológico de estudantes, especialmente adolescentes gestantes;
- Envolvimento comunitário e familiar por meio da participação ativa da comunidade e dos responsáveis da Educação, criando uma rede de apoio ao redor dos estudantes e fortalecendo a comunidade escolar;
- Promoção de parcerias e mobilização das instituições locais (associações de moradores, igrejas, ONGs, comércios locais e equipamentos públicos, entre outros), para o engajamento das comunidades em torno do compromisso de superar a exclusão escolar. É essencial que as informações sejam compartilhadas com os demais equipamentos públicos presentes nos territórios, para que toda a rede de proteção se envolva e possa orientar devidamente os responsáveis;
- Promoção de campanha permanente pela causa da garantia do Direito à Educação, com ampla mobilização nos territórios e na cidade, por meio de diversos recursos já disponíveis e estratégias de comunicação (cartazes, folhetos, *folders*, panfletagem, carro de som, etc.) de forma planejada e para maior efetividade dos resultados.

Quanto à Intersetorialidade e Colaboração

- A construção de respostas intersetoriais permitiu que diferentes setores trabalhassem juntos para enfrentar o problema da exclusão escolar, de maneira multidimensional e sistêmica, considerando os diferentes aspectos relacionados ao fenômeno;
- A colaboração entre diferentes setores e serviços levou à utilização mais racional dos recursos, evitando duplicações de agendas, redundâncias de ações e aproveitando as sinergias entre as diferentes áreas, como metas e objetivos comuns, além de profissionais responsáveis por diferentes programas;
- A articulação de redes de serviços, para atendimento de demandas das famílias, permitiu que os sujeitos e comunidades tivessem acesso a um conjunto mais amplo de oportunidades e direitos, sem a qual, possivelmente, teriam encontrado maiores dificuldades;
- A articulação de diferentes setores e serviços em torno de uma causa comum amplia e fortalece o advocacy e a incidência em políticas, ampliando a defesa por recursos, e o aprimoramento das condições de trabalho nos territórios;
- A ativação dos territórios e bairros da cidade à volta da agenda de enfrentamento da exclusão escolar promove a colaboração entre os equipamentos públicos e a integração dos serviços de Educação, Saúde, Assistência Social, sociedade civil, entre outros, fortalecendo os vínculos comunitários e o sentimento de pertencimento;
- A interação de diferentes setores e profissionais permite a troca de conhecimento e incentiva melhores práticas, aprimorando a avaliação do atendimento prestado, ampliando o conhecimento sobre o que cada Secretaria oferece, seus desafios e estratégias, de modo a fortalecer uma cultura de trabalho intersetorial no município.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação é um direito [livro eletrônico]: a experiência do projeto Territórios em Rede em Resplendor
São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2024.
PDF

Vários autores.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-992230-6-8

1. Crianças e adolescentes - Educação 2. Direito à educação
3. Educação - Projetos 4. Exclusão escolar
5. Políticas educacionais 6. Projeto Territórios em Rede.

24-235197

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Projetos educacionais: Planejamento e gestão: Educação 370

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Iniciativa:



Parceiro Executor:





Iniciativa:



Parceiro Executor:



ISBN: 978-85-092230-6-8

